

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1973

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

###### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

###### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



## DECRETOS LEGISLATIVOS:

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 574-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5946-73, de 20 de junho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Hugo Martins Kosop, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 04 de julho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 575-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.936-73, de 17 de agosto de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 226-73, de 04 de abril de 1973, a partir de 1.º de setembro de 1973; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Rui Ribas de Oliveira, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de setembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 576-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.811-73, de 14 de agosto de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

I — atribuir, a Emilio Teles de Lima, funcionário à disposição deste Poder, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da 1.ª Secretaria, a partir de 10 de agosto de 1973; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 10 de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 577-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.413-73, de 07 de agosto de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a Manoel Pinheiro Cangussu, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional das Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 02 de agosto de 1971, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 578-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.424-73, de 07 de agosto de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder à Wilma Wambier Gusso, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 1.º de novembro de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais de acordo com o Art. 70 Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 579-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.188-73, de 05 de junho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a Antonio João Greber, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%) a partir de 23 de janeiro de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 580-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.456-73, de 11 de junho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a Ihor Baranhuk, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%) a partir de 26 de julho, de 1973, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 581-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.381-73, de 08 de junho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a Emilio Mauro Barbosa, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 29 de maio de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 582-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.001-73, de 25 de junho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a João Cruz, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de março de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 583-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.290-73, de 02 de julho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a Zildete Teixeira, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%) a partir de 29 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 584-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.542-73, de 21 de maio de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, com fundamento no parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Almir Monteiro, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 31 de janeiro de 1963, e 31 de outubro de 1967, antecipado em razão de quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1964, e de trinta (30) dias de 1965, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 585-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.769-73, de 14 de agosto de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder licença especial, sem vencimentos, ao funcionário Luiz Lasso, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, enquanto perdurar seu mandato de Deputado Federal, a partir de 14 de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário



## DECRETO LEGISLATIVO N.º 586-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.606-73, de 22 de maio de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

atribuir a Nathalia Gurack Millek, viúva do ex-funcionário da Secretaria desta Assembléia, José Millek, falecido no dia 04 de julho de 1972, as quotas de salário família a que tem direito, de conformidade com o parágrafo único, do Art. 195, e Art. 196, inciso I e II, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir da data do óbito.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 587-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.922-73, de 09 de maio de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

atribuir a Irene Tedeschi de Oliveira, viúva do ex-funcionário da Secretaria desta Assembléia, Manoel de Oliveira, falecido em 02 de janeiro de 1971, as quotas de salário família correspondente aos dependentes Roldo Ronos de Oliveira e Edna Marilda de Oliveira, de conformidade com o disposto no Art. 196, inciso II, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir da data do óbito.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 588-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.655-73, de 16 de julho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

I — mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 309-63, de 07 de junho de 1963, alínea a, para declarar que o tempo de cinco (05) meses e dez (10) dias, ali contado para todos os efeitos legais, em favor de Flodoaldo Trindade, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Médico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, está compreendido entre 17 de julho de 1948 e 27 de dezembro do mesmo ano, e não como consta naquele ato; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio, compreendido entre 15 de julho de 1969 e 15 de novembro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio, e das férias referentes aos anos de 1968, 1969, 1970 e 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 589-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.979-73, de 24 de julho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, em favor de Hugo Gabardo, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 590-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.423-73, de 07 de agosto de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Wilma Wambier Gusso, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 591-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.389-73, de 06 de agosto de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Sebastião Bueno, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 592-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.504-73, de 06 de julho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ayrton Luiz Baptista, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 593-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.106-73, de 26 de junho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio Martins Anibelli, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 594-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.225-73, de 28 de junho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Eros Rüppel Abdala, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 595-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.281-73, de 02 de julho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Israel Diniz, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 596-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.211-73, de 1.º de agosto de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Celina Bianchi, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 597-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.285-73, de 02 de julho de 1973, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Norberto Husch, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário



## DECRETO LEGISLATIVO N.º 598-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.882-73, de 20 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Carmen Aparecida Fregoneze, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, isolado de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 599-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.867-73, de 20 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Hilário Fregoneze, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972 e de quinze (15) dias referentes ao ano de 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 600-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.192-73, de 1.º de agosto de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Atilio Pereira de Lima, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1967, e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 601-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.132-73, de 31 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Jonas de Souza Porto, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 602-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.940-73, de 23 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Madalena Maria de Lima, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 603-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.109-73, de 31 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Luiz Alberto Soffiati Cassal, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 604-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.757-73, de 17 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Iracilda Silva Sertório, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972 que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 605-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.034-73, de 25 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Bolivar Carnargo Barros, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972 e de quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 606-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.143-73, de 27 de junho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Brígida Lobo Kolatovics, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriurário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

a) JOÃO MANSUR — Presidente  
a) JORGE SATO — 1.º Secretário  
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 607-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.239-73, de 29 de junho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Lelio Guimarães Sotó Maior, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

a) JOÃO MANSUR — Presidente  
a) JORGE SATO — 1.º Secretário  
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 608-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.522-73, de 9 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Henrique Wojcik, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriurário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

a) JOÃO MANSUR — Presidente  
a) JORGE SATO — 1.º Secretário  
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 609-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.194-73, de 28 de junho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio Garcia, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1968, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

a) JOÃO MANSUR — Presidente  
a) JORGE SATO — 1.º Secretário  
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 610-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.905-73, de 23 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo



Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Luiz Fernando Gottardi, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 611-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.467-73, de 5 de julho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Alvaro Sergio Maravilhas, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (8) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 612-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.578-73, de 11 de julho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de João Martins Sobrinho, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de agosto de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 618-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.434-73, de 11 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder a Irmã Carneiro Vieira, viúva do ex-Deputado Estadual José Rodrigues Vieira Neto, pensão mensal de valor equivalente a um terço (1/3) da parte fixa dos subsídios de Deputado Estadual, nos termos do Art. 1.º da Lei n.º 54163, de 22 de novembro de 1963, respeitado o teto máximo estabelecido pelo § 1.º, do Art. 5.º, da Lei n.º 4.946, de 31 de outubro de 1964.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 619-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.775-73, de 14 de agosto de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Maria de Lourdes Bizetto Reque, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 620-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.691-73, de 13 de agosto de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Francisco Acioly Rodrigues da Costa Neto, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 621-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.688-73, de 13 de agosto de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José da

Arimathéa Cleto, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 622-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.692-73, de 13 de agosto de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ronaldo Batista, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Quadro Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 623-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.684-73, de 13 de agosto de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Luciano Lacerda Filho, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 624-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.130-73, de 4 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Jorge Kudri, ocupante do cargo de nível PL "24", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 625-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.259-73, de 29 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

--colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Mallet, o funcionário Bogdano Karpen, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos, até 31 de dezembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 626-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.137-73, de 27 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Josina Pereira, a prestar serviços extraordinários recebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de julho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 627-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.176-73, de 22 de agosto de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E:

revogar o Decreto Legislativo n.º 250-73, de 11 de abril de 1973, na parte que se refere ao funcionário Luiz Carlos Gonçalves de Castro a partir de 21 de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário



DECRETO LEGISLATIVO N.º 628-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.209-73, de 1.º de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a João Andre Clele, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 12 de julho de 1973, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 629-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.382-73, de 8 de julho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Emílio Mauro Barbosa, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (1) ano, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 29 de janeiro de 1963 e 29 de maio de 1972, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1965, 1967, 1970 e 1971, contados em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 630-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.568-73, de 13 de junho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Lillian Mary Rebello, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (6) meses, correspondente à licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 1.º de janeiro de 1964 e igual data de 1969; e,  
II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 1.º de maio de 1973, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 631-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.711-73, de 13 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Alaide Maria Loffhaguen Luz, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%) a partir de 7 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

Ata da 167.ª Sessão (Extraordinária)

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Realizada em 13 de setembro de 1973 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Lázaro Dumont e Rosário Pitelli.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Gabriel Manoel — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Quielse Crisóstomo e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes, os seguintes srs. Deputados: Santos Lima — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Costa — Iris Caldart — Sebastião Rodrigues Júnior — Nelson Buffara — Wilson Brandão e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 38 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 180-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 252-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria um Ginásio Estadual na cidade de Santo Antonio do Caiuá. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 18 às 14.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 207-73.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 168.ª Sessão Ordinária

Realizada em 13 de setembro de 1973 — (Quinta-Feira)

Presidência do sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Gabriel Manoel — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Quielse Crisóstomo e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes, os seguintes srs. Deputados: Santos Lima — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Costa — Iris Caldart — Sebastião Rodrigues Júnior — Nelson Buffara — Wilson Brandão e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Muggati Filho solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 59-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 273-67; 123-70; 255-70; 225-71; 288-71; 133-72; 170-72; 9-73 e 81-73.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 95-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 157-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, de acordo com o Regimento Interno, requer de V. Exa. a suspensão da Sessão Plenária matutina do dia 14 e dia 17 em virtude da participação de grande parte dos Senhores Deputados à Convenção partidária.

Sala das Sessões em 13 de setembro de 1973.

(a) — Olavo Ferreira

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro ouvido a Casa, a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento da veneranda sra. Maria da Conceição Silva Niece, tronco de destacada família de nossa melhor sociedade o deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno e após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a inserção em Ata de manifestação de profundo pesar pela infausta ocorrência.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1973.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

Ao comunicar a esta Casa, com sentimento de real consternação, o falecimento da veneranda sra. Maria da Conceição Silva Niece, tronco de destacada família de nossa melhor sociedade o deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno e após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a inserção em Ata de manifestação de profundo pesar pela infausta ocorrência.

A pranteada era genitora do vereador Eloi Marcelo Niece, Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, a quem se solicita sejam transmitidas as condolências deste Poder, acompanhadas de cópia do presente requerimento, podendo a correspondência ser endereçada à Rua Tibagi n.º 429, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1973.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário seja designada uma Comis-



são de Senhores Deputados para representar esta Assembléia nas comemorações do sesqui centenário de fundação da cidade de Ponta Grossa. no próximo dia 15.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1973.

(a) — David Federmann.

#### JUSTIFICATIVA:

Ponta Grossa comemorará os seus 150 anos de fundação no dia 15 próximo. Diversas solenidades marcarão expressivamente o acontecimento. o qual é motivo de regozijo não só para aquele Município, como para todo o Paraná. Oportuna e louvável será a participação desta Casa nas solenidades programadas.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Através da Café do Paraná, vinha a Secretaria de Agricultura efetuando a venda da semente do soja, em todo o Estado.

Ocorre que oficialmente, ao que se sabe, foram tais vendas suspensas muito embora em seus armazens, seja a Café do Paraná possuidora de centenas de milhares de sacas de sementes do soja.

Em razão do exposto na forma preceituada pelo parágrafo 2.º do artigo 20, da Carta Estadual, requer com aprovação do Plenário sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura. Dr. José Cassiano Gama dos Reis Júnior e ao Exmo. Sr. Presidente da Café do Paraná Dr. Bento Cardoso Pato, as informações necessárias ao esclarecimento dos seguintes quesitos:

1.º — Qual o estoque atual de sementes do soja existente nos armazens da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná.

Esse estoque é o definitivo?

Qual o estoque previsto?

2.º — As vendas aos agricultores e produtores continuarão suspensas? Até quando?

3.º — Qual o motivo determinante dessa suspensão?

4.º — Qual o critério a ser adotado pela Café do Paraná para o fornecimento de sementes aos produtores?

Qual o preço previsto para saca de 60 quilos?

Quando serão liberadas as vendas?

5.º — Qual o critério adotado atualmente, sabendo-se que tem havido fornecimento de sementes mediante pedidos especiais?

Quem autoriza tais fornecimentos?

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

#### PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 202-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede em Araucária — Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) — Igo Losso

#### JUSTIFICATIVA:

O Educandário Mariano Rodrigues de Castro é uma entidade de caráter filantrópico, religioso e cultural, sem fins lucrativos, tendo por finalidade amparar as crianças órfãs e abandonadas.

Cerca de cinquenta crianças do sexo masculino alivem e aprendem a se tornar homens úteis à sociedade. Caso eles ali não estivessem por certo estariam na escola do crime, perambulando as ruas da Capital ou Interior.

Vê-se portanto, que é grandemente meritório o trabalho desenvolvido por aqueles idealistas que ali não medem esforços para o pleno sucesso da iniciativa. Os membros da Diretoria nada percebem em termos de salários, pagamento, ou gratificação, sendo aqueles cargos honoríficos.

A entidade está registrada sob o número 29, no livro A de Registro de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Araucária conforme Certidão anexa.

Em face de tão ampla justificativa, esperamos a aprovação desta Casa.

Projeto de Lei n.º 203-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal à Sra. Neuza Nascimento de Mello Leitão, na forma e como especifica".

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Sra. Neuza Nascimento de Mello Leitão, viúva do ex-Interventor Rosaldo Gomes de Mello Leitão, uma pensão mensal equivalente a dezesseis (16) vezes o valor do maior salário mínimo regional.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

#### JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Rosaldo Gomes de Mello Leitão, ilustre e digno filho da terra paranaense, exerceu com dignidade e alto espírito público os mais altos cargos da administração: Diretor da antiga Rede de Viação Paraná — Santa Catarina, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda; Prefeito Municipal de Curitiba e por duas vezes Interventor do Estado do Paraná.

Investido, como já ficou evidenciado, por duas vezes na Suprema Magistratura do Estado, com os mesmos direitos e prerrogativas de Governador Rosaldo Gomes de Mello Leitão alçou sua esposa, Neuza Nascimento de Mello Leitão, por via de consequência à condição de primeira dama do Estado, razão pela qual teve esta adquirida uma posição social tal que com a parca renda que auferia atualmente, não se consegue manter.

Entende-se que o mesmo direito já adquirido pelas esposas de ex-Governadores deverá, também ser aplicado à senhora em questão, haja vista que Interventor nada mais é do que Governador Nomeado.

O próprio Poder Executivo, recentemente, procurou solucionar problema análogo, enviando a esta Assembléia a Mensagem número 64-73 propondo a concessão de uma pensão à Sra. Egypcialinda Vellozo de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, há pouco falecido.

Conforme se verifica do exame da aludida Mensagem Governamental, encerra a nossa uma pretensão amparada pelo direito e lidimamente justa. Não menos justo, e de igual validade nenhuma diferença existe entre gover-

nador e interventor, no campo social e humano, com vistas ao qual são propostas as soluções adequadas aos problemas respectivos.

Em face das considerações expendidas apresentamos o presente plano de lei: à consequente apreciação de nossos ilustres Pares esperando se lhe de e indispensável apoio e final aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, srs. Deputados, Sr. Líder do Governo Deputado Ivo Tomazoni.

Deparamos no jornal "O Estado do Paraná" com os editais de concorrência nos 18-73 e 19-73 que dizem respeito a estrada que ligará General Carneiro ao Sudoeste, que é uma das grandes aspirações do povo daquela Região.

Quando viemos para esta Casa lutamos para que fosse melhorada a estrada que liga União da Vitória ao Sudoeste. Em seguida apresentamos um Requerimento ao Sr. Ministro dos Transportes para que continuasse a BR-476, União da Vitória a Barração.

Hoje, para satisfação nossa, vemos que o Departamento de Estradas de Rodagem pelos editais referido, autorizou a abertura da concorrência para o projeto final de engenharia da estrada que ligará General Carneiro ao Sudoeste.

Não vai crítica de nossa parte mas fazemos um apelo ao Secretário dos Transportes no sentido de que não basta somente que seja aberta a concorrência para o projeto final de engenharia, mas é necessário que se dê início o quanto antes possível para que o Sr. Governador Emílio Gomes seja bem sucedido no setor referente a estradas. Esta estrada encurtará em mais ou menos 80 quilômetros o trajeto Pato Branco-Curitiba, via União da Vitória. Além do mais haverá o descongestionamento da BR-276 no trecho Ponta Grossa a Curitiba evitando, assim, inúmeros acidentes.

Nós que somos Deputados e que representamos uma parcela do povo da Região e Sudoeste nos sentimos orgulhosos e satisfeitos por termos concretizada a grande aspiração daquele povo. A BR-153 União da Vitória a Erechim, iniciada há mais de oito meses, está sendo atacada com toda a intensidade pelas firmas empreiteiras, a fim de que seja concluída no prazo contratual.

Queremos nos congratular com Sr. Exa. o Sr. Governador do Estado por esta iniciativa e dizer que se estes serviços não continuarem com todo afinco, estaremos aqui novamente para apelar ao líder do Governo, ao Governo e aos órgãos competentes para que dêem continuidade a essas estradas.

Muito obrigado! — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados

Na sua função fiscalizante este Poder exerce, talvez nos dias presentes, a sua mais elevada atribuição. Porisso procura-se dar e cercar as medidas referentes a estas atribuições de todas as cautelas necessárias.

Pretendemos que esta Casa aprove, à data de hoje, um Pedido de Informações à Secretaria da Agricultura e à Companhia Agro-Pecuária de Fomento Econômico do Paraná. Pedido de Informações este que visa principalmente esclarecer determinados fatos que, por igual, tanto interessam ao povo — aos governados, como aos governantes.

Não, vai, nesse Pedido nenhuma alusão em suas entrelinhas nenhuma insinuação aqueles que ocupam os cargos dos órgãos interessados mas o que se pretende é que esta Casa e os produtores paranaenses fiquem sabendo das razões pelas quais a semente do soja teve seu fornecimento suspenso pela Café do Paraná e alguns fatos que contradizem esta orientação, foram constatados na Região Norte do Paraná, através da Café do Paraná.

Vinha a Secretaria da Agricultura, efetuando a venda da semente do soja em todo o Estado; ocorre que, ao que se sabe foram tais vendas suspensas, muito embora em seus armazens seja a Café do Paraná possuidora de centenas de milhares de sacas de sementes do soja.

Em razão do exposto, na forma preceituada do parágrafo 2.º, do artigo 20 da Carta Estadual, requer com aprovação do Plenário sejam solicitadas ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, José Cassiano Gama dos Reis Júnior, e ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Café do Paraná, dr. Bento Cardoso Pato, as informações necessárias aos esclarecimentos dos seguintes quesitos:

1.º) Qual o estoque atual de semente do soja existente nos armazens da Companhia Agro-Pecuária de Fomento Econômico do Paraná; esse estoque é definitivo? Qual o estoque previsto?

2.º) As vendas aos agricultores e produtores continuarão suspensas? Até quando?

3.º) Qual o motivo determinante dessa suspensão?

4.º) Qual o critério a ser adotado pela Café do Paraná para fornecimento de sementes aos produtores? Qual o preço previsto para saca de 60 kg? Quando serão liberadas as vendas?

5.º) Qual o critério adotado atualmente, sabendo-se que tem havido fornecimento de sementes mediante pedidos especiais? Quem autoriza tais fornecimentos?

Termos em que, pede deferimento.

Era o Pedido de Informações que encaminhamos à Mesa, Sr. Presidente, e submetemos à douta apreciação do Plenário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

X O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que autoriza o Poder Executivo a doar, à Sociedade Procopense de Assistência ao Menor, o terreno que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, pelo Substitutivo.



3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44-73, de autoria do Dep. Armand Queiroz de Moraes, que transfere para a jurisdição do Município de Campo Mourão, os serviços de trânsito do Município de Janiópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 69-73, encaminhando ante-Projeto de Lei que objetiva elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissões e as funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Com Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 3-72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que denomina "Deputado Olívio Belich", um dos Grupos Escolares desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.o DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29-73, de autoria do Dep. David Federmann, que declara de Utilidade Pública a "Associação Colégio dos Anjos", da cidade de Pirai do Sul. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO GERAL e EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 90-73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, este, através do Instituto Nacional do Livro e do Departamento de Educação Física e Desportos, visando aquisição de livros e cumprimento de programas de Educação Física. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO e REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28-73

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios firmados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e do Departamento de Educação Física e Desportos, visando a aquisição de livros, bem como ao cumprimento dos Programas de Educação Física.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### PARECER

A MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 16-73 — PROPOSIÇÃO N.º 90-73

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental n.º 16-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, visando à execução do Programa Nacional do Livro Didático e ao cumprimento dos Programas de Educação Física.

2 — Referidos Convênios enquadram-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe à Assembléia Legislativa referendar o Convênio aludido o que ora fazemos, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28-73 — EX-PROPOSIÇÃO N.º 90-73

1 — O presente projeto ora em exame, de autoria da Douta Comissão de Constituição e Justiça, origina-se da Mensagem Governamental n.º 16-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios e Termo Aditivo celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, pelos órgãos a seguir enumerados, com as finalidades seguintes:

a) — Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro e a Secretaria da Educação e Cultura, em 03-08-71, e respectivo Termo Aditivo, em 09-11-71, visando à execução de Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários a melhor rendimento escolar;

b) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos — e a Secretaria da Educação e Cultura, através do seu Departamento de Educação Física e Desportos, em Brasília, em 08-03-72 e 18-05-72, para aplicação de recursos de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificação, aprovados pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura;

c) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento do Ensino Médio — e a Secretaria de Educação e Cultura, em 26-06-72, em Brasília, objetivando a prestação de assistência técnica e financeira pelo primeiro ao Sistema de Educação do Estado do Paraná;

d) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos — e a Secretaria da Educação e Cultura, em 30-06-72, e os clubes: União Capão Raso Futebol Clube, Clube Atlético Paissandu, Vila Fany Futebol Clube, Esporte Clube Pinheiros, Vasco da Gama Futebol Clube e Sociedade Recreativa Esportiva Bangu, objetivando aplicação de recursos na ampliação e em recuperação das respectivas instalações desportivas; e

e) — Ministério da Educação e Cultura — Secretaria Geral — Programa Nacional Carta Escolar — e a Secretaria da Educação e Cultura, em 13-07-72, objetivando a estabelecer regime de cooperação mútua na execução do Projeto Prioritário de Programas Nacional da Carta Escolar.

2 — Quanto ao mérito que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento na sua APROVAÇÃO, desde que na forma do Substitutivo Geral anexo, que nos permitimos apresentar, com a devida "venia", ao Projeto de Resolução, de vez que no mesmo deixou de constar alguns órgãos relacionados na Mensagem Governamental.

É o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

#### SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28-73 —

#### EX-PROPOSIÇÃO N.º 90-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios e Termo Aditivo celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, pelos órgãos a seguir especificados:

a) — Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro e Secretaria da Educação e Cultura, em 03-08-71, e respectivo Termo Aditivo, em 09-11-71, visando à execução do Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários a melhor rendimento escolar;

b) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos — e a Secretaria da Educação e Cultura, através do seu Departamento de Educação Física e Desportos, em 08-03-72 e 18-05-72, em Brasília, para aplicação de recursos de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura;

c) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento do Ensino Médio — e a Secretaria da Educação e Cultura, através do Conselho de Educação do Estado, em 26-06-72, em Brasília, objetivando a prestação de assistência técnica e financeira, pelo primeiro, ao Sistema de Educação do Estado do Paraná;

d) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos, — a Secretaria da Educação e Cultura e os clubes: União Capão Raso Futebol Clube, Clube Atlético Paissandu, Vila Fany Futebol Clube, Esporte Clube Pinheiros, Vasco da Gama Futebol Clube e Sociedade Recreativa Esportiva Bangu, objetivando aplicação de recursos na ampliação e ou recuperação das respectivas instalações desportivas e;

e) — Ministério da Educação e Cultura — Secretaria Geral — Programa Nacional da Carta Escolar, — e a Secretaria da Educação e Cultura, em 13-07-72, objetivando a estabelecer o regime de cooperação mútua na execução do Projeto Prioritário do Programa Nacional da Carta Escolar.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

#### MENSAGEM

16-73

Curitiba, 15 de março de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, no ano de 1972, como segue:

MEC/Instituto Nacional do Livro — (c/ termo aditivo) — (03-08-71);

MEC/Departamento de Educação Física e Desportos — (08-03-72);

MEC/Departamento de Educação Física e Desportos — (18-05-72);

MEC/Departamento do Ensino Médio — (26-06-72);

MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Clube Atlético Paissandu — (30-06-72);

MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/União Capão Raso Futebol Clube — (30-06-72);

MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Vila Fany Futebol Clube — (30-06-72);

MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Vasco da Gama Futebol Clube — (30-06-72);

MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Sociedade Recreativa Esportiva Bangu — (30-06-72);

MEC/Departamento de Educação Física e Desportos/Esporte Clube Pinheiros — (30-06-72);

MEC/Secretaria Geral — Programa Nacional Carta Escolar — 13-07-72).

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados. Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

#### INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Convênio que entre si celebram o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro, que, pelo Decreto n.º 68.728, de 9.6.71, foi investido das atribuições antes cometidas à extinta COLTED, aqui representado pela sua Diretora, Maria Alice Barroso, e o Governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Educação, aqui representada pelo Senhor Secretário, visando, assim, à execução do Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, como a dotar o aluno do primário desse Estado dos livros necessários a melhor rendimento escolar.

Considerando a importância do Livro Didático para a produtividade do Sistema Escolar, bem como a necessidade de se estabelecer ação continuada e sistemática nesse Setor;

Considerando indispensável maior conjugação de esforços e recursos disponíveis nas áreas federal e estadual específicas para atender adequadamente às dimensões desse propósito, o Instituto Nacional do Livro, doravante chamado INL, e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, doravante chamada SECRETARIA, aos dias do mês do ano de 1971, acordam em:

CLÁUSULA I — O INL obriga-se a entregar, até 31 de dezembro/1971, ... 546.920 (quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte) livros, correspondentes à parte estipulada, no Programa Nacional do Livro Didático, para o ano letivo de 1972, no Estado do Paraná.

§ 1.º — Cabe à SECRETARIA escolher esses livros dentre os que figuram na Relação anexa a este Convênio e fornecida pelo INL.



§ 2.º — Na seleção que propuser, a SECRETARIA levará em consideração as preferências manifestadas pelos professores locais, em conformidade com a resposta dada aos questionários enviados pela ex-COLTED; para tanto, a SECRETARIA se reportará à Relação anexa dos títulos mais solicitados pelos professores dos municípios que seriam atendidos em 1972 pela COLTED, cumprindo-lhe ainda preencher o quadro sob o título "Livros Escolhidos", o qual, devidamente autenticado, passa a fazer parte integrante deste Convênio.

CLAUSULA II — Os livros a serem entregues à SECRETARIA têm o valor provisoriamente estimado, de Cr\$ 1.640.760,00 (hum milhão, seiscentos e quarenta mil, setecentos e sessenta cruzeiros), o qual será revisto após escolha dos mesmos e logo que se celebrem os contratos de coedição com as respectivas Editoras. Para esse fim, será assinado, até 30 de outubro de 1971. Termo Aditivo que consignará o valor real dos livros selecionados pela SECRETARIA, nos termos da Cláusula I deste Convênio.

CLAUSULA III — O INL doa em caráter definitivo à SECRETARIA os livros distribuídos pela extinta COLTED nos anos letivos de 1969, 1970 e 1971, cujo número, localização e valor constam discriminadamente do quadro anexo, "Livros COLTED 1969/1971", o qual passa a integrar este Convênio, sem que se considerem eventuais diferenças decorrentes de perdas, danos ou extravio.

§ 1.º — A SECRETARIA providenciará, nas áreas de sua jurisdição administrativa, para que seja adequada e eficaz a utilização dos livros no correr do ano letivo de 1972, quer sob a forma de empréstimo, quer mediante doação aos alunos, não permitindo, outrossim, a venda dos mesmos.

CLAUSULA IV — O Governo do Estado, através da SECRETARIA, obriga-se a participar, com recursos financeiros, do Programa Nacional do Livro Didático, em contraprestação aos livros que vier a receber, consoante a Cláusula I deste Convênio, de modo a assegurar, nos anos subsequentes, continuidade e estímulo ao Programa.

§ 1.º — O valor específico da contribuição constará do Termo Aditivo referido na Cláusula II deste Convênio, cumprindo seja ela entregue ao INL até 30 de abril de 1972, para sua oportuna aplicação no Fundo Nacional do Livro Didático.

CLAUSULA V — A SECRETARIA obriga-se a distribuir, adequadamente, entre os alunos das Escolas da Rede Oficial Estadual ou Municipal, os livros de que trata a Cláusula I deste Convênio; cabe-lhe, outrossim, firmar os próprios critérios de distribuição, bem como a área a ser beneficiada, de tudo notificação o INL até 30 de setembro de 1971.

§ 1.º — Fica proibida a venda dos livros, excetuado o número de exemplares equivalentes em valor à contribuição do Estado para aplicação no Fundo Nacional do Livro Didático, cujo montante será objeto do Termo Aditivo, em conformidade com o § 1.º da Cláusula IV deste Convênio.

CLAUSULA VI — A SECRETARIA se cingirá, no execução do presente Convênio, às recomendações e princípios consignados no "Programa do Livro Didático", o qual passa a lhe fundamentar os propósitos.

CLAUSULA VII — O INL poderá modificar o número de exemplares destinados à SECRETARIA, nos termos da Cláusula I deste Convênio, se razões de ordem administrativa ou financeira assim o exigirem, notificando-a antecipadamente das mesmas, para que tal modificação fique consignada no Termo Aditivo de que trata a Cláusula II.

CLAUSULA VIII — A SECRETARIA obriga-se a estabelecer um sistema de controle e avaliação dos resultados da aplicação do Programa no Estado e, sempre que for solicitada, interará o INL de sua progressiva execução.

CLAUSULA IX — O INL poderá fiscalizar sem prévia notificação a fiel observância dos dispositivos do Programa do Livro Didático no Estado.

CLAUSULA X — Qualquer infringência, por parte da SECRETARIA, às cláusulas do presente Convênio, importará no seu cancelamento, total ou parcial, suspendendo-se, a juízo do INL, a validade de medidas concertadas para ulterior execução.

Haroldo Souto Carvalho — Secretário da Educação e Cultura do Paraná  
Mária Alice Barroso — Diretora do Instituto Nacional do Livro

#### DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Termo de Convênio entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação Física e Desportos, Estado do Paraná.

O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, representado por seu Diretor Coronel Eric Tinoco Marques, por delegação da Portaria Ministerial n.º 615 — BSB de 15-10-71, e a Secretaria de Educação Física e Desportos, Estado do Paraná, representado por seu Diretor Rubens B. Marchand, celebram o presente Convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA — O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura repassará ao Departamento de Educação Física e Desportos do Paraná, Estado do Paraná, auxílio financeiro na importância de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros).

CLAUSULA SEGUNDA — Os recursos concedidos pelo presente Convênio serão aplicados rigorosamente de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, conforme constam do Processo n.º 000833/71 — DED.

CLAUSULA TERCEIRA — O encargo financeiro do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, de que trata a cláusula Primeira, no valor de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), correrá por conta da verba da Loteria Esportiva Federal de 1972, destinada a este Departamento — Programa n.º 55.02.09.09.2.006 Assistência Técnica e Financeira a Projetos de Educação Física — Construção de Centros de Educação Física e Unidades Avulsas — Categoria Econômica 4.3.3.0 — Empenho n.º 11.

CLAUSULA QUARTA — Os recursos concedidos pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura só poderão ser movimentados para o fim exclusivo de liquidação da despesa de que trata o presente Convênio, obrigando-se o Departamento de Educação Física e Desportos do Paraná a prestar contas de sua aplicação, no prazo e na forma regularmente estabelecidas, observando, ainda, as instruções gerais em vigor no Ministério da Educação e Cultura e as especiais que lhe forem transmitidas por intermédio de seus órgãos competentes, que passam a fazer parte deste Termo.

CLAUSULA QUINTA — A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá ao Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, que, por seu Diretor ou Representante, devidamente credenciado, poderá solicitar quaisquer informações ou vistoriar a execução do projeto, obrigando-se o Departamento de Educação Física e Desportos do Paraná a facilitar os trabalhos de fiscalização de que trata esta cláusula.

CLAUSULA SEXTA — O Departamento de Educação Física e Desportos do Paraná obriga-se a franquear o uso gratuito das instalações, construídas com o auxílio financeiro de que trata este Convênio, ao Departamento de Educação Física e Desportos do MEC, para execução de suas atividades, bem como a estabelecimentos de ensino e instituições educacionais, para possibilitar-lhes o cumprimento dos programas de Educação Física e a realização de atividades esportivas, por prazo indeterminado.

CLAUSULA SÉTIMA — O Departamento de Educação Física e Desportos do Paraná obriga-se a incluir em seu orçamento verba permanente para a conservação e manutenção em atividades das instalações construídas com os recursos provenientes deste Convênio, sob pena de ficar impedida de receber qualquer outro auxílio do Ministério da Educação e Cultura.

CLAUSULA OITAVA — No caso de dissolução da entidade a que se refere este Convênio, as instalações e benfeitorias construídas ou adquiridas com os recursos nele especificados só poderão ser alienadas ou cedidas com a prévia e expressa aquiescência do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura.

CLAUSULA NONA — O presente Convênio subordinar-se-á ao foro federal do Distrito Federal.

E, por estarem de acordo com os termos do presente Convênio, o Diretor do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura e o Departamento de Educação Física e Desportos do Paraná por intermédio de seu Diretor, o subscrevem em (4) quatro vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também o assinam.

Brasília, 8 de março de 1972.

Eric Tinoco Marques

Rubens B. Marchand

Testemunhas:

Marília Paes Leme de Castro

Maria Lúcia Guimarães Dantas

#### DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Termo de Convênio entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, representado por seu Diretor Coronel Eric Tinoco Marques, por delegação da Portaria Ministerial n.º 615 — BSB de 15-10-71, e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, representada pela Professora Júlia Pereira de Mello, por delegação, celebram o presente Convênio que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA — O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura repassará à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, auxílio financeiro na importância de Cr\$ ... 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

CLAUSULA SEGUNDA — Os recursos concedidos pelo presente Convênio serão aplicados rigorosamente de acordo com o projeto, orçamento e cronograma, aprovados pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, conforme constam do Processo n.º 000830/71 — DED.

CLAUSULA TERCEIRA — O encargo financeiro do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura de que trata a cláusula primeira, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) correrá à conta dos recursos oriundos da Loteria Esportiva Federal — Programa n.º 09.09.1.032 Desenvolvimento da Educação Física e Desportos — Sub-Programa Aperfeiçoamento do Magistério da Educação Física nos diversos níveis do ensino e dos técnicos desportivos — Categoria Econômica 3.2.7.2.06 — Item 1.2.1 — Cota do 1.º semestre de 1972, conforme Empenho n.º 134 de 10-5-72.

CLAUSULA QUARTA — Os recursos concedidos pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, só poderão ser movimentados para o fim exclusivo da liquidação da despesa de que trata o presente Convênio, obrigando-se a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná a prestar contas de sua aplicação no prazo de 7 (sete) meses, a contar da data do recebimento do auxílio, na forma regularmente estabelecida, observando, ainda, as instruções gerais em vigor no Ministério da Educação e Cultura e as especiais que lhe forem transmitidas por intermédio de seus órgãos competentes que passam a fazer parte deste Convênio.

CLAUSULA QUINTA — A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá ao Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, que, por seu Diretor ou Representante, devidamente credenciado, poderá solicitar quaisquer informações ou vistoriar a execução do projeto, obrigando-se a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná a facilitar os trabalhos de fiscalização de que trata esta cláusula.

CLAUSULA SEXTA — O presente Convênio subordinar-se-á ao foro federal do Distrito Federal e terá a vigência de 7 (sete) meses a partir da data da assinatura do mesmo.

E, por estarem de acordo com os termos do presente Convênio, o Diretor do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura e a Representante da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, o subscrevem em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também a assinam.

Brasília, 16 de maio de 1972

Eric Tinoco Marques

Júlia Pereira de Mello

Testemunhas:

Marília Paes Leme de Castro

Maria Lúcia Guimarães Dantas

#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

##### DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO

##### Assessoria de Normas e Orientação de Ensino

Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Médio, a Secretaria de Educação e Cultura e o Conselho de Educação do Estado do Paraná, para prestação de assistência técnica e financeira, pelo primeiro, ao Sistema de Educação do referido Estado.

Aos 26 dias do mês de junho de 1972 no Gabinete do Diretor do Departamento de Ensino Médio, presentes seu titular, Dr. Paulo José Dutra de Castro, o Sr. Dr. Roberto Linhares da Costa, Secretário de Educação e Cultura do Estado, e o Sr. Doutor Guido Arzu, Presidente do Conselho de Educação do Estado do Paraná, foi celebrado convênio para prestação de Assistência técnica



ca e financeira ao Sistema de Ensino do Estado pelo Ministério da Educação e Cultura. O Ministério da Educação e Cultura, representado pelo Departamento de Ensino Médio, daqui por diante será denominado Departamento, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, simplesmente Secretaria e o Conselho de Educação do Estado do Paraná, simplesmente Conselho.

O Convênio será regido pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — O objeto deste convênio é dar cumprimento ao art. 57 e seu parágrafo, da Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971, para o que serão criados, mantidos e/ou ampliados serviços técnicos de planejamento e administração educacional, incumbidos de elaborar planos integrados de educação, nos quais estarão compreendidos projetos e atividades para implantação da Reforma do Ensino de segundo grau, acompanhamento de sua execução e avaliação de seus resultados.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — A Secretaria, através de seus órgãos técnicos, incumbem realizar as atividades relacionadas na cláusula sexta.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — Ao Conselho compete aprovar os planos elaborados pela Secretaria, inclusive o de aplicação dos recursos de que trata este convênio.

**CLÁUSULA QUARTA** — O Departamento compromete-se a:

1) — prestar assistência às atividades técnicas referidas neste convênio, inclusive na elaboração de programas e projetos que, integrados no Plano Estadual de Implantação, possam atender as exigências de órgãos de financiamento nacionais e internacionais;

2) — recomendar, por sugestão das demais partes convenientes, os especialistas que receberão bolsas de estudo oferecidas no Brasil e no exterior;

3) — prestar assistência técnico-administrativa aos órgãos do sistema, com vistas ao aprimoramento de sua infra-estrutura executiva;

4) — fornecer à Secretaria, recursos para custeio de despesas com pessoal, e outras, necessárias à execução dos projetos e atividades referidas neste convênio, no montante de Cr\$ 100.000,00.

**CLÁUSULA QUINTA** — As despesas de que trata o item 4 da cláusula anterior correrão à conta de recursos próprios do Departamento, consignados no orçamento de 1972, obedecida a classificação abaixo:

Projeto n.º 09.02.1.039 — Investigação, Experimentação sobre Colégios e Centros do Sistema de 2.º Grau.

Elementos de Despesas:

3.1.2.0	Cr\$	17.000,00	Empenhos	772
3.1.3.2	Cr\$	55.000,00		773
3.2.1.0	Cr\$	28.000,00		774
<b>TOTAL</b>	<b>Cr\$</b>	<b>100.000,00</b>		

Parágrafo único — A liberação dos recursos será feita à vista dos planos de aplicação após aprovação final do Departamento.

**CLÁUSULA SEXTA** — Para consecução do objetivo deste convênio a Secretaria assume os seguintes compromissos:

1) — diagnosticar a situação educacional global do Estado;

2) — elaborar projetos, convenientemente detalhados e compatibilizados entre si, para implantação da Reforma de Ensino de 2.º grau, bem como para a sua expansão e melhoria;

3) — propor mecanismos operacionais para melhor implementação dos projetos;

4) — sugerir mudanças na Estrutura Administrativa da Secretaria, na legislação estadual relativa a ensino e na alocação de recursos financeiros que facilitem ou permitam a execução da programação elaborada;

5) — promover entrosamento com o Conselho para elaboração de planejamento global do ensino e, particularmente, do planejamento do ensino de 2.º grau;

6) — proporcionar local e instalações adequadas para o funcionamento dos serviços técnicos a que faz referência este convênio, quando necessário;

7) — promover o interrelacionamento dos órgãos planejadores com os executores a fim de que sejam atingidas as metas previstas no projeto com maior eficiência e menor custo operacional.

**CLÁUSULA SÉTIMA** — A Secretaria poderá contar com pessoal técnico, de preferência recrutado nos quadros do funcionalismo estadual, em regime de tempo integral, que terá uma complementação salarial por parte do Departamento, à conta dos recursos previstos neste convênio.

§ 1.º — O Departamento estabelecerá o número de técnicos que terão complementação salarial.

§ 2.º — A prestação dos serviços de que trata esta cláusula não implicará em qualquer vínculo empregatício com o serviço público federal.

**CLÁUSULA OITAVA** — Os recursos consignados na Cláusula Quarta deste convênio serão depositados parceladamente em Conta Especial a ser aberta na Agência do Banco do Brasil S. A. na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e sua movimentação ficará a cargo do Secretário de Educação e Cultura, juntamente com segunda pessoa especialmente designada.

Parágrafo único — Os depósitos, salvo o relativo à primeira parcela, serão feitos mediante prévia avaliação dos resultados já obtidos, observados os cronogramas de desenvolvimento dos projetos ou atividades.

**CLÁUSULA NONA** — Os recursos serão aplicados pela Secretaria de acordo com as normas vigentes da Administração Financeira, observadas as instruções e recomendações que forem expedidas pelo Departamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA** — As prestações de contas relativas a este convênio serão feitas à Divisão de Atividades Auxiliares do Departamento, através de seu Setor de Administração Financeira e Contabilidade, no prazo improrrogável de 60 dias, após o término deste convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — Ao Departamento e ao Conselho cabe efetuar o acompanhamento e a avaliação da execução deste convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** — O presente convênio terá a duração de um ano a partir de ... de 1972, com a possibilidade de futuros termos aditivos.

Parágrafo único — Qualquer das partes convenientes poderá denunciar o presente convênio por infringência às suas Cláusulas.

E, por estarem acordes, foi lavrado o presente termo de convênio, que vai assinado pelas partes convenientes e testemunhas, devendo ser publicado no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado.

Brasília, 26 de junho de 1972

Paulo José Dutra de Castro — Diretor do DEM

(Ass. ilegível) — Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná

(Ass. ilegível) — P/ Presidente do Conselho de Educação do Estado do Paraná

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

## DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Termo de Convênio entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, e o Clube Atlético Paissandu do Município de Curitiba

O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, doravante denominado Departamento, representado por seu Diretor Coronel Eric Tinoco Marques, por delegação da Portaria Ministerial n.º 615 — BSB de 15.10.71, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, doravante denominada Secretaria e o Clube Atlético Paissandu, doravante denominado Clube, representados, por delegação de competência, pela Professora Júlia Pereira de Mello, celebram o presente Convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — O Departamento, repassará à Secretaria, auxílio financeiro na importância de Cr\$ 153.600,00 (Cento e cinquenta e três mil e seiscentos cruzeiros), para aplicação na ampliação ou recuperação das instalações desportivas do Clube.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — Os recursos concedidos pelo presente Convênio serão aplicados rigorosamente de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento, conforme constam do Processo n.º 000830-71 — DED.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — O encargo financeiro do Departamento de que trata a cláusula primeira, no valor de Cr\$ 153.600,00 (Cento e cinquenta e três mil e seiscentos cruzeiros), correrá por conta da verba da Loteria Esportiva Federal — Programa n.º 09.09.1.032 Desenvolvimento da Educação Física e Desportos Categoria Econômica 4.3.7.1.04 — Item II.2.1 Auxílio para Obras Públicas — Cotas dos 1.º e 2.º semestres de 1972, conforme empenho n.º 203 de 29.6.72.

**CLÁUSULA QUARTA** — Os recursos concedidos pelo Departamento só poderão ser movimentados para o fim exclusivo de liquidação da despesa de que trata o presente Convênio, obrigando-se a Secretaria a prestar contas de sua aplicação, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do recebimento do auxílio, na forma regularmente estabelecida, observando, ainda, as instruções gerais em vigor no Ministério da Educação e Cultura e as especiais que lhe forem transmitidas por intermédio de seus órgãos competentes, que passam a fazer parte deste Termo.

**CLÁUSULA QUINTA** — O Clube obriga-se a franquear à Secretaria o uso gratuito de suas instalações desportivas e vestiários, para execução de programas de Educação Física e realização de competições desportivas estudantis, pelo prazo de 10 (dez) anos, durante os dias úteis da semana, podendo reservar os períodos noturnos ao uso exclusivo dos sócios, sempre que julgar conveniente.

**CLÁUSULA SEXTA** — O Clube obriga-se a manter suas instalações desportivas em perfeitas condições de utilização durante todo o prazo de vigência do Convênio.

**CLÁUSULA SÉTIMA** — A Secretaria obriga-se a planejar o uso das instalações do Clube, obedecendo rigorosamente o disposto no Decreto n.º 69.450, de 1.º de novembro de 1971 e demais disposições legais vigentes dando ciência ao Departamento de toda a programação, no início de cada ano letivo, durante a vigência do Convênio.

**CLÁUSULA OITAVA** — A Secretaria obriga-se a incluir em seu orçamento, os recursos necessários à execução das atividades referidas na cláusula sétima, sob pena de ficar impedida de receber qualquer outro auxílio do Ministério da Educação e Cultura.

**CLÁUSULA NONA** — A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá ao Departamento, que, por seu Diretor ou Representantes, devidamente credenciado, poderá solicitar quaisquer informações ou vistoriar a execução do projeto, obrigando-se a Secretaria e o Clube a facilitar os trabalhos de fiscalização de que trata esta cláusula, bem como comunicar imediatamente ao Departamento as irregularidades que constatarem na execução do Convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA** — No caso de dissolução da entidade a que se refere este Convênio, as instalações ou benfeitorias construídas ou adquiridas com os recursos nele especificados só poderão ser alienadas ou cedidas com a prévia e expressa aquiescência do Departamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O presente Convênio subordinar-se-á ao foro federal do Distrito Federal.

E, por estarem de acordo com os termos do presente Convênio, o Diretor do Departamento, Eric Tinoco Marques, a Secretaria e o Clube o inscrevem em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também o assinam.

Brasília, 30 de junho de 1972.

Eric Tinoco Marques

Júlia Pereira de Mello

Testemunhas:

Marília Paes Leme de Castro

Maria Lucia Guimarães Dantas

## DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Termo de Convênio entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, e o União Capão Raso Futebol Clube, do Município de Curitiba

O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, doravante denominado Departamento, representado por seu Diretor Coronel Eric Tinoco Marques, por delegação da Portaria Ministerial n.º 615 — BSB de 15.10.71, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, doravante denominada Secretaria e o União Capão Raso Futebol Clube, doravante denominado Clube representados, por delegação de competência, pela Professora Júlia Pereira de Mello celebram o presente Convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — O Departamento, repassará à Secretaria, auxílio financeiro na importância de Cr\$ 153.600,00 (Cento e cinquenta e três mil e seiscentos cruzeiros), para aplicação na ampliação e/ou recuperação das instalações desportivas do Clube.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — Os recursos concedidos pelo presente Conve-



não serão aplicados rigorosamente de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento, conforme constam do Processo n.º 000830-71 — DED.

**CLAUSULA TERCEIRA** — O encargo financeiro do Departamento, de que trata a cláusula primeira, no valor de Cr\$ 153.600,00 (Cento e cinquenta e três mil e seiscentos cruzeiros), correrá por conta da verba da Loteria Esportiva Federal — Programa n.º 09.09.1.032 Desenvolvimento da Educação Física e Desportos Categoria Econômica 4.3.7.1.04 — Item II.2.1 Auxílio para Obras Públicas — Cotas do 1.º e 2.º semestres de 1972, conforme empenho n.º 203 de 29.6.72.

**CLAUSULA QUARTA** — Os recursos concedidos pelo Departamento só poderão ser movimentados para o fim exclusivo de liquidação da despesa de que trata o presente Convênio, obrigando-se a Secretaria a prestar contas de sua aplicação, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do recebimento do auxílio, na forma regularmente estabelecida, observando, ainda as instruções gerais em vigor no Ministério da Educação e Cultura e as especiais que lhe forem transmitidas por intermédio de seus órgãos competentes, que passam a fazer parte deste Termo.

**CLAUSULA QUINTA** — O Clube obriga-se a franquear à Secretaria o uso gratuito de suas instalações desportivas e vestiários, para execução de programas de Educação Física e realização de competições desportivas estudantis, pelo prazo de 10 (dez) anos, durante os dias úteis da semana, podendo reservar os períodos noturnos ao uso exclusivo dos sócios, sempre que julgar conveniente.

**CLAUSULA SEXTA** — O Clube obriga-se a manter suas instalações desportivas em perfeitas condições de utilização durante todo o prazo de vigência do Convênio.

**CLAUSULA SÉTIMA** — A Secretaria obriga-se a planejar o uso das instalações do Clube, obedecendo rigorosamente o disposto no Decreto n.º 69.450, de 1.º de novembro de 1971 e demais disposições legais vigentes dando ciência ao Departamento de toda a programação, no início de cada ano letivo, durante a vigência do Convênio.

**CLAUSULA OITAVA** — A Secretaria obriga-se a incluir em seu orçamento, os recursos necessários à execução das atividades deferidas na cláusula sétima, sob pena de ficar impedida de receber qualquer outro auxílio do Ministério da Educação e Cultura.

**CLAUSULA NONA** — A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá ao Departamento, que, por seu Diretor ou Representante, devidamente credenciado, poderá solicitar quaisquer informações ou vistoriar a execução do projeto, obrigando-se a Secretaria e o Clube a facilitar os trabalhos de fiscalização de que trata esta cláusula, bem como comunicar imediatamente ao Departamento as irregularidades que constatarem na execução do Convênio.

**CLAUSULA DÉCIMA** — No caso de dissolução da entidade a que se refere este Convênio, as instalações ou benfeitorias construídas ou adquiridas com os recursos nele especificados só poderão ser alienados ou cedidos com a prévia e expressa aquiescência do Departamento.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O presente Convênio subordinar-se-á ao foro federal do Distrito Federal.

E, por estarem de acordo com os termos do presente Convênio, o Diretor do Departamento, Eric Tinoco Marques, a Secretaria e o Clube subscrevem em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também o assinam.

Brasília, 30 de junho de 1972.

Eric Tinoco Marques  
Júlia Pereira de Mello

Testemunhas:

Marília Paes Leme de Castro  
Mária Lucia Guimarães Dantas

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS**

Termo de Convênio entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, e o Vila Fani Futebol Clube, do Ministério de Curitiba

O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, doravante denominado Departamento, representado por seu Diretor Coronel Eric Tinoco Marques, por delegação da Portaria Ministerial número 615 — BSB de 15.10.1971, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, doravante denominada Secretaria e o Vila Fani Futebol Clube, doravante denominado Clube, representados por delegação de competência, pela Professora Júlia Pereira de Mello, celebram o presente Convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA** — O Departamento, repassará à Secretaria, auxílio financeiro na importância de Cr\$ 153.600,00 (Cento e cinquenta e três mil e seiscentos cruzeiros), para aplicação na ampliação e/ou recuperação das instalações desportivas do Clube.

**CLAUSULA SEGUNDA** — Os recursos concedidos pelo presente Convênio serão aplicados rigorosamente de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento, conforme constam do Processo n.º 000830-71 — DED.

**CLAUSULA TERCEIRA** — O encargo financeiro do Departamento de que trata a cláusula primeira, no valor de Cr\$ 153.600,00 (Cento e cinquenta e três mil e seiscentos cruzeiros), correrá por conta da verba da Loteria Esportiva Federal — Programa n.º 09.09.1.032 Desenvolvimento da Educação Física e Desportos — Categoria Econômica 4.3.7.1.04 — Item II.2.1 — Auxílio para Obras Públicas — Cotas dos 1.º semestre e 2.º semestre de 1972, conforme empenho n.º 203 de 29.6.72.

**CLAUSULA QUARTA** — Os recursos concedidos pelo Departamento só poderão ser movimentados para o fim exclusivo de liquidação da despesa de que trata o presente Convênio, obrigando-se a Secretaria a prestar contas de sua aplicação, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do recebimento do auxílio, na forma regularmente estabelecida, observando, ainda, as instruções gerais em vigor no Ministério da Educação e Cultura e as especiais que lhe forem transmitidas por intermédio de seus órgãos competentes, que passam a fazer parte deste Termo.

**CLAUSULA QUINTA** — O Clube obriga-se a franquear à Secretaria o uso gratuito de suas instalações desportivas e vestiários, para execução de programas de Educação Física e realização de competições desportivas estudantis, pelo prazo de 10 (dez) anos, durante os dias úteis da semana, podendo reser-

var os períodos noturnos ao uso exclusivo dos sócios, sempre que julgar conveniente.

**CLAUSULA SEXTA** — O Clube obriga-se a manter suas instalações desportivas em perfeitas condições de utilização durante todo o prazo de vigência do Convênio.

**CLAUSULA SÉTIMA** — A Secretaria obriga-se a planejar o uso das instalações do Clube, obedecendo rigorosamente o disposto no Decreto n.º 69.450, de 1.º de novembro de 1971 e demais disposições legais vigentes dando ciência ao Departamento de toda a programação, no início de cada ano letivo, durante a vigência do Convênio.

**CLAUSULA OITAVA** — A Secretaria obriga-se a incluir em seu orçamento, os recursos necessários à execução das atividades referidas na cláusula sétima, sob pena de ficar impedida de receber qualquer outro auxílio do Ministério da Educação e Cultura.

**CLAUSULA NONA** — A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá ao Departamento, que, por seu Diretor ou Representante, devidamente credenciado, poderá solicitar quaisquer informações ou vistoriar a execução do projeto, obrigando-se a Secretaria e o Clube a facilitar os trabalhos de fiscalização de que trata esta cláusula, bem como comunicar imediatamente ao Departamento as irregularidades que constatarem na execução do Convênio.

**CLAUSULA DÉCIMA** — No caso de dissolução da entidade a que se refere este Convênio, as instalações ou benfeitorias construídas ou adquiridas com os recursos nele especificados só poderão ser alienadas ou cedidas com a prévia e expressa aquiescência do Departamento.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O presente Convênio subordinar-se-á ao foro federal do Distrito Federal.

E, por estarem de acordo com os termos do presente Convênio, o Diretor do Departamento, Eric Tinoco Marques, a Secretaria e o Clube o subscrevem em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também o assinam.

Brasília, 30 de junho de 1972.

Eric Tinoco Marques  
Júlia Pereira de Mello

Testemunhas:

Marília Paes Leme de Castro  
Mária Lucia Guimarães Dantas

#### DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Termo de Convênio entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, e a Sociedade Recreativa Esportiva Bangu, do Município de Curitiba.

O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, doravante denominado Departamento, representado por seu Diretor Coronel Eric Tinoco Marques, por delegação da Portaria Ministerial n.º 615 — BSB de 15-10-71, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, doravante denominada Secretaria e a Sociedade Recreativa Esportiva Bangu, doravante denominada Sociedade, representadas, por delegação de competência, pela Professora Júlia Pereira de Mello, celebram o presente Convênio que se regerá pela cláusulas e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA** — O Departamento, repassará à Secretaria, auxílio financeiro na importância de Cr\$ 123.600,00 (cento e vinte e três mil e seiscentos cruzeiros), para aplicação na ampliação e/ou recuperação das instalações desportivas da Sociedade.

**CLAUSULA SEGUNDA** — Os recursos concedidos pelo presente Convênio serão aplicados rigorosamente de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento, conforme constam do Processo n.º 000830-71-DED.

**CLAUSULA TERCEIRA** — O encargo financeiro do Departamento de que trata a cláusula primeira, no valor de Cr\$ 123.600,00 (cento e vinte e três mil cruzeiros), correrá por conta da verba da Loteria Esportiva Federal — Programa n.º 09.09.1.032 Desenvolvimento da Educação Física e Desportos — Categoria Econômica 4.3.7.1.04 — Item II.2.1. Auxílio para Obras Públicas — Cotas dos 1.º e 2.º semestres de 1972, conforme empenho n.º 203 de 29-6-72.

**CLAUSULA QUARTA** — Os recursos concedidos pelo Departamento só poderão ser movimentados para o fim exclusivo de liquidação da despesa de que trata o presente Convênio, obrigando-se a Secretaria a prestar contas de sua aplicação, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do recebimento do auxílio, na forma regularmente estabelecida, observando, ainda, as instruções gerais em vigor no Ministério da Educação e Cultura e as especiais que lhe forem transmitidas por intermédio de seus órgãos competentes que passam a fazer parte deste Termo.

**CLAUSULA QUINTA** — A Sociedade obriga-se a franquear à Secretaria o uso gratuito de suas instalações desportivas e vestiários, para execução de programas de Educação Física e realização de competições desportivas estudantis, pelo prazo de 10 (dez) anos, durante os dias úteis da semana, podendo reservar os períodos noturnos ao uso exclusivo dos sócios, sempre que julgar conveniente.

**CLAUSULA SEXTA** — A Sociedade obriga-se a manter suas instalações desportivas em perfeitas condições de utilização durante todo o prazo de vigência do Convênio.

**CLAUSULA SÉTIMA** — A Secretaria obriga-se a planejar o uso das instalações da Sociedade, obedecendo rigorosamente o disposto no Decreto n.º 69.450, de 1.º de novembro de 1971 e demais disposições legais vigentes dando ciência ao Departamento de toda a programação, no início de cada ano letivo, durante a vigência do Convênio.

**CLAUSULA OITAVA** — A Secretaria obriga-se a incluir em seu orçamento, os recursos necessários à execução das atividades referidas na cláusula sétima, sob pena de ficar impedida de receber qualquer outro auxílio do Ministério da Educação e Cultura.



**CLÁUSULA NONA** — A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá ao Departamento, que, por seu Diretor ou Representante, devidamente credenciado, poderá solicitar quaisquer informações ou vistoriar a execução do projeto, obrigando-se a Secretária e a Sociedade a facilitar os trabalhos de fiscalização de que trata esta cláusula, bem como comunicar imediatamente ao Departamento as irregularidades que constatarem na execução do Convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA** — No caso de dissolução da entidade a que se refere este Convênio, as instalações ou benfeitorias construídas ou adquiridas com os recursos nele especificados só poderão ser alienadas ou cedidas com a prévia e expressa aquiescência do Departamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O presente Convênio subordinar-se-á ao foro federal do Distrito Federal.

E, por estarem de acordo com os Termos do presente Convênio, o Diretor do Departamento, Eric Tinoco Marques, a Secretária e a Sociedade o subscrevem em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também o assinam.

Brasília, 30 de junho de 1972

Eric Tinoco Marques  
Júlia Pereira de Mello  
Testemunhas:  
Marília Paes Leme de Castro  
Maria Lucia Guimarães Dantas

#### DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Termo de Convênio entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, e o Esporte Clube Pinheiros, do Município de Curitiba.

O Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, doravante denominado Departamento, representado por seu Diretor Coronel Eric Tinoco Marques, por delegação da Portaria Ministerial n.º 615 — BSB de 15-10-71, a Secretária de Educação e Cultura do Estado do Paraná, doravante denominada Secretária e o Esporte Clube Pinheiros, doravante denominado Clube, representados, por delegação de competência, pela Professora Júlia Pereira de Mello, celebram o presente Convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — O Departamento, repassará à Secretária, auvi-  
nio financeiro na importância de Cr\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil cruzeiros), para aplicação na ampliação e/ou recuperação das instalações desportivas do Clube.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — Os recursos concedidos pelo presente Convênio serão aplicados rigorosamente de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento, conforme constam do Processo n.º 000830-71-DED.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — O encargo financeiro do Departamento de que trata a cláusula primeira, no valor de Cr\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil cruzeiros), correrá por conta da verba da Loteria Esportiva Federal — Programa n.º 09.09.1.032 Desenvolvimento da Educação Física e Desportos — Categoria Econômica 4.3.7.1.04 — Item II.2.1. Auxílio para Obras Públicas — Cotas dos 1.º e 2.º semestres de 1972, conforme empenho n.º 263 de 29 de junho de 1972.

**CLÁUSULA QUARTA** — Os recursos concedidos pelo Departamento só poderão ser movimentados para o fim exclusivo de liquidação da despesa de que trata o presente Convênio, obrigando-se a Secretária a prestar contas do recebimento do auxílio, na forma regularmente estabelecida, observando, ainda, as instruções gerais em vigor no Ministério da Educação e Cultura e as especiais que lhe forem transmitidas por intermédio de seus órgãos competentes que passam a fazer parte deste Termo.

**CLÁUSULA QUINTA** — O Clube obriga-se a franquear à Secretária o uso gratuito de suas instalações desportivas e vestiários, para execução de programas de Educação Física e realização de competições desportivas estudantis, pelo prazo de 5 (cinco) anos, durante os dias úteis da semana, podendo reservar os períodos noturnos ao uso exclusivo dos sócios, sempre que julgar conveniente.

**CLÁUSULA SEXTA** — O Clube obriga-se a manter suas instalações desportivas em perfeitas condições de utilização durante todo o prazo de vigência do Convênio.

**CLÁUSULA SÉTIMA** — A Secretária obriga-se a planejar o uso das instalações do Clube, obedecendo rigorosamente o disposto no Decreto n.º 69.450, de 1.º de novembro de 1971 e demais disposições legais vigentes dando ciência ao Departamento de toda a programação, no início de cada ano letivo, durante a vigência do Convênio.

**CLÁUSULA OITAVA** — A Secretária obriga-se a incluir em seu orçamento, os recursos necessários à execução das atividades referidas na cláusula sétima, sob pena de ficar impedida de receber qualquer outro auxílio do Ministério da Educação e Cultura.

**CLÁUSULA NONA** — A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá ao Departamento, que, por seu Diretor ou Representante, devidamente credenciado, poderá solicitar quaisquer informações ou vistoriar a execução do projeto, obrigando-se a Secretária e o Clube a facilitar os trabalhos de fiscalização de que trata esta cláusula, bem como comunicar imediatamente ao Departamento as irregularidades que constatarem na execução do Convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA** — No caso de dissolução da entidade a que se refere este Convênio, as instalações ou benfeitorias construídas ou adquiridas com os recursos nele especificados só poderão ser alienadas ou cedidas com a prévia e expressa aquiescência do Departamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O presente Convênio subordinar-se-á ao foro federal do Distrito Federal.

E, por estarem de acordo com os Termos do presente Convênio, o Diretor do Departamento, Eric Tinoco Marques, a Secretária e o Clube o subscrevem em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também o assinam.

Brasília, 30 de junho de 1972

Eric Tinoco Marques  
Júlia Pereira de Mello  
Testemunhas:  
Marília Paes Leme de Castro  
Maria Lucia Guimarães Dantas

#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA SECRETARIA — GERAL

Convênio que entre si celebram o Ministério da Educação e Cultura e o Estado do Paraná para estabelecer regime de cooperação mútua na execução do Projeto Prioritário do Programa Nacional da Carta Escolar.

#### PREAMBULO

Aos 13 (treze) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), O Ministério da Educação e Cultura e o Estado do Paraná representados respectivamente pelo Secretário Geral e pelo Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná neste instrumento apenas designados MEC e PR resolvem firmar o presente Convênio para os fins e da maneira adiante enumerados.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — Este Convênio tem por objetivo o estabelecimento de regime de cooperação mútua, visando à obtenção de dados educacionais, bem como o aproveitamento dos dados para estudos e análise Programa Nacional da Carta Escolar.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — As partes convenientes concordam que os programas de trabalho do Projeto Prioritário do Programa Nacional da Carta Escolar sejam executados pelo Grupo — Tarefa denominado PRO-CARTA, instituído pela Portaria n.º 75, de 8 de maio de 1972, do Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — O plano de levantamentos e pesquisas de execução anual deve abranger uma parte comum e igual de dados para todas as Unidades da Federação e uma parte diversificada que atenda às peculiaridades regionais de planejamento educacional.

**CLÁUSULA QUARTA** — Ao MEC, através do PROCARTA, compete:

- Dirigir, controlar e avaliar todas as atividades do Programa Nacional da Carta Escolar;
- definir a estrutura de organização das Coordenadorias Regionais e dos Grupos-Tarefa das Unidades Federadas;
- planejar o financiamento, estabelecendo normas para elaboração dos planos de aplicação das Coordenadorias Regionais e dos Grupos-Tarefa das Unidades Federadas e a liberação dos recursos;
- definir as especificações do Instrumento de Coleta, dos Recursos Humanos, dos Recursos Materiais e Equipamento, e os procedimentos para Treinamento, Coleta de Dados, Crítica de Dados, Processamento, Arquivamento, Montagem da Carta e Avaliação do Projeto;
- elaborar a parte comum do Instrumento de Coleta, igual para todas as Unidades Federadas;
- planejar e executar o controle de custos;
- acompanhar e avaliar o desempenho técnico do projeto;
- imprimir o material a ser utilizado nos levantamentos do programa anual;
- apurar e divulgar, restrita ou amplamente, os resultados dos citados levantamentos;
- montar a Carta Escolar dos Municípios.

**CLÁUSULA QUINTA** — Ao Estado do Paraná compete, através da Secretaria da Educação e Cultura:

- Colaborar na execução do Programa no PR, segundo as especificações elaboradas pelo PROCARTA;
- preparar os moldes da parte diversificada do Instrumento de Coleta;
- fornecer os dados necessários à elaboração dos relatórios periódicos sobre o desempenho técnico do Projeto;
- distribuir e coletar o material utilizado nos levantamentos;
- colaborar com o PROCARTA no treinamento do pessoal da rede de coleta junto aos estabelecimentos de ensino;
- elaborar o cadastro dos estabelecimentos de ensino dos municípios do PR, segundo as normas traçadas pelo PROCARTA;
- realizar estudos e análises com base nos resultados dos levantamentos visando ao planejamento educacional do PR;
- cumprir o Cronograma de Trabalho elaborado pelo PROCARTA naquilo que lhe é atribuído pelo presente Convênio;
- ceder ao PROCARTA as instalações necessárias à execução das tarefas do Programa no PR;
- colocar à disposição do PROCARTA recursos humanos por ele especificados;
- organizar as equipes de Coleta de Dados segundo as especificações do PROCARTA.

**CLÁUSULA SEXTA** — As despesas decorrentes do presente Convênio serão atendidas pelo Projeto Específico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

**CLÁUSULA SÉTIMA** — Este Convênio poderá ser modificado através do termo aditivo ou rescindido por motivo relevante, devidamente comprovado.

**CLÁUSULA OITAVA** — O presente Convênio terá duração até o término dos trabalhos que forem estabelecidos para o Programa Nacional da Carta Escolar.



CLÁUSULA NONA — Este Convênio entra em vigor na data de sua assinatura.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Convênio, em três (3) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

(Assinatura Ilegível)

Por delegação — (Assinatura Ilegível)

Testemunhas:

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### SÚMULA:

"Projeto de Resolução n.º 28-73 — ex-Proposição n.º 80-73 — Aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e do Departamento de Educação Física e Desportos, visando aquisição de livros e cumprimento de programas de educação física, conforme especificado".

##### PARECER:

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 28-73, ex-proposição 90-73, originado na Mensagem Governamental n.º 16-73, encaminhando para referendo da Assembléia Legislativa, cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e do Departamento de Educação Física e Desportos, visando aquisição de livros didáticos e ao cumprimento de programas de educação física, conforme especificado.

2. Respalçada pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convênios e sendo evidente o interesse sócio-educacional dos convênios objetos da presente análise, não há como negar-se aprovação ao Projeto de Resolução 28-73, em testilha.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 17 de maio de 1973.

(Assinatura Ilegível) — Presidente

Deputado João C. Fadel — Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33-73, de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que transfere ao Departamento Legislativo, a Seção de Autografia e suprime o item VII, do Artigo 28 do Regimento Interno. Parecer favorável da C.C.J. C/SUBSTITUTIVO EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### RESOLVE:

Art. 1.º — A Seção de Autografia, do Departamento Administrativo, com a competência definida pela alínea "a", inciso I, do art. 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passa a integrar o Departamento Legislativo, com subordinação à Divisão das Comissões.

Art. 2.º — Fica suprimido o item VII, do art. 28, do Regimento Interno, cujo texto consolidado foi aprovado pela Resolução n.º 11, de 16 de dezembro de 1960, cuja atribuição é designada ao Chefe da Divisão das Comissões.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1973

a) Deputado José Muggiati Filho

##### JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Projeto de Resolução, única e exclusivamente, abreviar a tramitação dos processos legislativos, evitando, por via de consequência, a burocracia desnecessária e que acarreta sérios prejuízos aos trabalhos desta Casa.

O princípio estabelecido no art. 1.º deste Plano de lei, tem sua razão de ser pelo simples fato de que não se pode compreender que o processo legislativo tenha toda sua tramitação nos diversos setores do Departamento Legislativo e sua conclusão em outra esfera, ou seja, no Departamento Administrativo, o que prejudica, dentre outras coisas, a feitura do Ementário da Divisão das Comissões.

O art. 2.º, por outro lado, longe de pretender diminuir as atribuições do 1.º Secretário, visa tão só evitar uma tramitação desnecessária e que acarreta, muitas vezes, a paralisação do processo legislativo.

Apresentamos o presente Plano de lei à consideração do Plenário esperando se lhe dê apolamento.

#### SEÇÃO III

##### Dos Secretários

Art. 28 — São atribuições do 1.º Secretário:

I — fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II — proceder à leitura da matéria que constar do Expediente;

III — despachar toda a matéria do Expediente;

IV — receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia;

V — receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI — fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições, para apresentá-las oportunamente;

VII — distribuir papéis às Comissões;

VIII — assinar, depois do Presidente, as Atas das Sessões, bem como todas as resoluções da Assembléia;

IX — contar os Deputados em verificação de votação;

X — inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu reglamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas.

\* Vide Constituição Estadual vigente.

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PARECER

Ao Projeto de Resolução n.º 33-73

Autor — Deputado José Muggiati Filho

Súmula — Transfere ao Departamento Legislativo, A Seção de Autografia e Suprime o item VII, do artigo 28, do Regimento Interno.

I. O escopo da iniciativa do nobre Deputado José Muggiati Filho, conforme a justificativa que apresenta, é de "abreviar a tramitação dos pro-

cessos legislativos, evitando, por via de consequência a burocracia desnecessária e que acarreta sérios prejuízos aos trabalhos desta Casa".

2. Dúvida inexistente quanto ser procedente o Artigo 1.º do Projeto de Resolução em exame pelo qual, "a Seção de Autografia, do Departamento Administrativo com a competência definida pela alínea "a" inciso I do art. 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967 passa a integrar o Departamento Legislativo com subordinação à Divisão das Comissões".

Com muita propriedade o autor do Projeto, a propósito dessa transferência, alude que "não se pode compreender que o processo Legislativo tenha toda a sua tramitação nos diversos setores do Departamento Legislativo e sua conclusão em outra esfera, ou seja no Departamento Administrativo", para rematar que essa situação anômala "prejudica, dentre outras coisas a feitura do Ementário da Divisão das Comissões".

Há apenas, um senão: é que a subordinação da Seção transferida à Divisão das Comissões não atenderia aos objetivos que o Projeto pretende alcançar, dado que, acabaria por criar dentro do próprio Departamento Legislativo, "a burocracia desnecessária e que acarreta sérios prejuízos aos trabalhos da Casa que o Deputado Muggiati Filho deseja ver repelida, como anuncia na justificativa da Resolução.

Em consonância com esse meritório espírito do Projeto, parece-nos ser mais conveniente à Administração do Departamento Legislativo, criar uma Divisão, nela incluídas duas Seções; a) Seção da Ordem do Dia; e b) Seção de Autografia. A Seção da Ordem do Dia, órgão que já integra o Departamento Legislativo exerce atribuições, como se vê do artigo 12, III e outras do Decreto Legislativo n.º 573, se não semelhante são afins aquelas que competem à Seção de Autografia, onde inexistir incompatibilidade de funcionarem ambas sob uma mesma Divisão. A par disso, seria despendioso revelar que, atualmente já conta a Divisão das Comissões com uma considerável somatória de atribuições, de tal monta, que a inculcação no quadro de sua nova função hipertrofiar-lhe-ia a respectiva administração.

Assim, em princípio, é aceitável a transferência da Seção de Autografia, do Departamento Administrativo para o Legislativo porém, não nos termos propostos pelo autor do Projeto.

3. De outro lado pelo artigo 2.º do Projeto de Resolução, "fica suprimido o item VII, d artigo 28, do Regimento Interno cujo texto consolidado foi aprovado pela Resolução n.º 11 de 16 de dezembro de 1960, cuja atribuição é designada ao Chefe da Divisão das Comissões.

Neste caso novamente nos defrontamos com uma iniciativa altamente meritória com sentido exato de simplificação na tramitação do processo Legislativo e, no entanto com o mesmo detalhe contraditório no seu final, pois passar-se a atribuição do Primeiro Secretário, ao Chefe da Divisão das Comissões seria outra vez, acumular as tarefas da Divisão das Comissões, já tão repleta de atribuições.

4. Desta forma, e face as ponderações que por certo serão levadas em consideração, opinamos Favoravelmente ao projeto na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, que em anexo tomamos a liberdade de oferecer.

Sala das Comissões, em 4-9-73

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### SUBSTITUTIVO GERAL

Ao Projeto de Resolução n.º 33-73

Art. 1.º — A Seção de Autografia do Departamento Administrativo, com a competência definida pela alínea "a", inciso I, do art. 13 do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967 passa a integrar o Departamento Legislativo com subordinação à Divisão de Ordem do Dia e Autografia.

Art. 2.º — Fica criada a "Divisão de Ordem do Dia e Autografia", compreendendo duas Seções: a) Seção de Ordem do Dia e, b) Seção de Autografia.

Art. 3.º — Fica suprimido o item VII, do artigo 28, do Regimento Interno, cujo texto consolidado foi aprovado pela Resolução n.º 11 de 16 de dezembro de 1960 cuja atribuição será designada ao Diretor do Departamento Legislativo.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.9.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n.º 42-73, ex-Proposição n.º 119-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convenio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) objetivando execução de programas de alfabetização, no corrente ano. Pareceres favoráveis da C.I.P. C/SUBSTITUTIVO EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42-73

Art. 1.º — Fica aprovado o Convenio firmado entre o Governo do Estado e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) objetivando a execução de programas de alfabetização, no corrente ano.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

##### PARECER

A Mensagem Governamental n.º 43-73 — Proposição n.º 119-73

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental n.º 43-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), objetivando a execução de programas de alfabetização no corrente ano.

2 — O referido Convenio enquadra-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IX da Constituição Estadual e por força do que dispõe o art. 22 inciso VII da mesma Constituição cabe à Assembléia Legislativa referendar o Convenio aludido, o que ora fazemos, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator



Comissão de Instrução Pública  
PARECER

Ao Projeto de Resolução n.º 42-73 — Ex-Proposição n.º 119-73

1 — O projeto ora em exame de autoria da douda Comissão de Constituição e Justiça origina-se da Mensagem Governamental n.º 43-73 encaminhando a esta Casa para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — "MOBRAL" — objetivando estabelecer condições no sentido da execução de programas de alfabetização, meta prevista para o Estado do Paraná no corrente ano.

2 — Quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão examinar, o nosso parecer é pela Aprovação, nos termos do Substitutivo Geral anexo que nos permitimos oferecer ao referido Projeto de Resolução.

E o parecer.

Sala das Comissões, em de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

Substitutivo Geral ao Projeto de Resolução n.º 42-73

Ex-Proposição n.º 119-73

Projeto de Resolução n.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 30.03.73, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — "MOBRAL", objetivando estabelecer condições no sentido da execução de programas de alfabetização para o Estado do Paraná no corrente ano.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

MENSAGEM 43-73

Curitiba, 17 de abril de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 30 de março de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) objetivando estabelecer condições no sentido da execução de programas de alfabetização de 237.300 alunos meta prevista para o Estado no corrente ano.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusto Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado João Mansur

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO — MOBRAL

Térmo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) destinado a execução de programas de alfabetização, com a interveniência da Secretaria de Educação.

Aos 30 dias do mês de março do ano de 1973, o Governo do Estado do Paraná neste ato representado pelo Exmo. Sr. Governador, Deputado João Mansur, ou por quem de direito, mediante delegação de competência a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) representado por seu Coordenador Estadual, José Carlos Alpendre e, como interveniente, a Secretaria de Educação representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado, Doutor Roberto Linhares da Costa doravante designados Governo do Estado Mobral e Secretaria de Educação, tendo presente o sentido de mútua colaboração, resolvem firmar o presente Convênio mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Governo do Estado autoriza o MOBRAL ao processamento direto junto às Comissões Municipais da assinatura de Convênios necessários à execução de programas de alfabetização, até o limite de 237.300 alunos, meta prevista para o Estado no ano de 1973.

CLÁUSULA SEGUNDA

1. Compromete-se o MOBRAL a enviar ao Governo do Estado, através de sua Secretaria de Educação, cópias de todos os Convênios que assinar com as Comissões Municipais, para que sejam conhecidos pelo Governo do Estado.

2. Compromete-se ainda o MOBRAL a fornecer ao Governo do Estado informações periódicas sobre o andamento dos programas e realizações do MOBRAL no Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Convênio tem vigência até 31 de dezembro de 1973, sendo os casos cmissoes resolvidos mediante consultas e mútuo consentimento.

E por estarem acordes firmam as partes o presente em três vias de igual teor.

Curitiba, 30 de março de 1973.

as. ilegível

por delegação do Governo do Estado

ROBERTO LINHARES DA COSTA — Secretário de Educação

JOSÉ CARLOS ALPENDRE

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 89-72, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso Científico, no Ginásio Estadual do Município de Santa Izabel do Ivaí para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — Aprovado

Projeto de Lei n.º 89-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Curso Científico no Ginásio Estadual de Santa Izabel do Ivaí, no Município do mesmo nome, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 15 de junho de 1972.

Deputado Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O progressista Município de Santa Isabel do Ivaí, possui atualmente um bom número de estudantes em condições de frequentar um Curso Científico.

Assim sendo dotar aquela comuna paranaense de um Curso Científico, temos certeza, será concretizar um almejado sonho dos jovens estudantes e, consequentemente a continuidade dos estudos e o progresso cultural da região.

Em face das razões expostas apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, com total apoioamento e final aprovação.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 89-72

AUTOR: Deputado Wilson Fortes

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um curso científico no Ginásio Estadual de Santa Izabel do Ivaí.

PARECER

O Plano de lei sob exame, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, está devidamente justificado, atendendo exigências do Regimento Interno.

O mencionado projeto não contraria qualquer preceito quer de ordem legal ou constitucional, verificando-se por outro lado que trata-se de simples autorização legislativa.

Quanto a sua oportunidade nada a opor.

Assim sendo, somos pela sua aprovação.

E o Relatório.

Sala das Reuniões, 28 de julho de 1972

as. ilegível — Presidente

Deputado Igo Iwant Losso — Relator

Assinatura ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

Projeto de Lei 89-72

AUTOR: Dep. Wilson Fortes.

Tratando-se de projeto autorizatório, merece o presente projeto ser aprovado.

Em 26 de outubro de 1972.

as. ilegível — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

Comissão de Instrução Pública

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 89-72

I — O presente plano tem por objetivo a criação de um Curso Científico no Ginásio Estadual de Santa Izabel do Ivaí, no Município do mesmo nome.

II — Do ponto de vista desta Comissão, o projeto em tela está em condições de ser aprovado.

E o parecer

Sala das Comissões, em

as. ilegível — Presidente

Dep. Rosario Piteli — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147-72 de autoria do Deputado Arizone Araujo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 147-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1972.

Arizone de Araujo

JUSTIFICAÇÃO:

Um trecho de estrada como o acima referido, não pode sofrer a ação erosiva das chuvas, sem uma permanente e eficiente conservação. As municipalidades, assoberbadas por tantos encargos não tem conseguido manter a estrada em condições ideais de tráfego, durante todo o tempo. Dado o importante índice de circulação de riquezas ali registrado, o atendimento à estrada por parte do Estado é perfeitamente justificável.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 147-72

AUTOR: DEPUTADO ARIZONE ARAUJO

SUMULA: Transfere ao D.E.R. a conservação da estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho.

PARECER

O Nobre Deputado Arizone Araujo pretende com o presente Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem a responsabilidade de conservação e melhoria da estrada que liga os Municípios de Francisco Beltrão a Salgado Filho.

O referido Plano de Lei encontra-se devidamente justificado de acordo com as exigências do Regimento Interno.

Por outro lado verifica-se que não fere qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional.

Quanto a sua oportunidade nada a opor.

Em face das razões acima expendidas, somos pela sua aprovação.

E o Relatório.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Igo Iwant Losso — Relator

(Assinaturas ilegíveis)



**PARECER**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**PROJETO DE LEI N.º 147-72**

**AUTOR:** DEPUTADO ARIZONE ARAUJO  
**SÚMULA:** "Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão e Salgado Filho".

**PARECER**

1. No âmbito desta Comissão de Finanças e Orçamento nada há que possa impedir o normal trâmite do Projeto de Lei em análise.
2. Pela **APROVAÇÃO**.  
É o parecer, s.m.j.  
Sala das Comissões, 5 de dezembro de 1972  
(Ass. ilegível) — Presidente  
(Ass. ilegível) — Relator  
(Ass. ilegível)

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
**PARECER**

**ao**  
**PROJETO DE LEI N.º 147-72**

**AUTOR:** Dep. ARIZONE ARAUJO  
**SÚMULA:** Autoriza o P.E., transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho.

- 1 — Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado Arizone Araujo autorizar o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação e melhoria de trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho.
- 2 — A proposição obteve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.
- 3 — A justificativa que o acompanha nos convece da sua oportunidade, pelo que opinamos pela sua **aprovação**.  
É o parecer, salvo melhor Juízo.  
Sala das Comissões, em 12-06-72  
Borsari Netto — Presidente.  
(Ass. ilegível) — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186-72, de autoria do Deputado Jorge Sato e do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, da cidade de Mandaguari. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado**.

**PROJETO DE LEI N.º 186-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

- Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a Estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti com sede na cidade de Mandaguari.
- Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1972  
Jorge Sato  
Lázaro Dumont

**JUSTIFICATIVA:** A escola que se pretende estadualizar, funcionou em convênio com o Estado até março do corrente ano, e para renovação do convênio há necessidade da estadualização do estabelecimento.

Existem atualmente 34 professoras, 1 diretora, 7 zeladoras e 700 alunos, que estão, na dependência da estadualização da escola, para a mesma não entrar em decadência, que ocasionará a curto prazo, um colapso no ensino de elevado número de alunos.

Estamos certos que nosso Plano de Lei, receberá o apoio e a aprovação de nossos Pares.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 186-72**

**AUTOR:** DEPUTADOS JORGE SATO e LAZARO DUMONT  
**SÚMULA:** Autoriza o Poder Executivo a Estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, com sede na cidade de Mandaguari.

**PARECER**

O Projeto de Lei em tela, de autoria dos nobres Deputados Jorge Sato e Lázaro Dumont, visa autorizar o Poder Executivo a Estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, com sede na cidade de Mandaguari.

A referida Escola, que se pretende por esta medida autorizar o Poder Executivo a Estadualizar, funcionou em convênio com o Estado do Paraná, até março do corrente ano.

Sendo meramente autorizatória a presente proposição, considerando justa a medida e não havendo qualquer óbice legal ou constitucional que se lhe anteponha, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto.

É o parecer.  
Sala das Comissões, em 26-10-72  
(Ass. ilegível) — Presidente  
(Ass. ilegível) — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 186-72**

I — O presente plano tem por objetivo a estadualização da Escola Paroquial São Vicente Palotti, com sede na cidade de Mandaguari.

II — Do ponto de vista desta Comissão, o projeto em tela está em condições de ser aprovado.

É o parecer.  
Sala das Comissões, em  
(Ass. ilegível) — Presidente  
Rosário Piteli — Relator  
(Ass. ilegível)

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI N.º 186-72**

**AUTOR:** DEPUTADOS JORGE SATO e LAZARO DUMONT  
**SÚMULA:** Autoriza o Poder Executivo estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, da cidade de Mandaguari.

**PARECER:**

A matéria já devidamente justificada, recebeu o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Tratando-se de mera autorização legislativa, não encontramos razão para seu impedimento.

Somos pela aprovação.

Parecer favorável

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78-73 de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que dá nova redação e acresce de Parágrafo que especifica, ao Artigo 3.º, da Lei n.º 5.926 de 22-4-69, Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

**PROJETO DE LEI N.º 78-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — O Art. 3.º, da Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido de um parágrafo:

"Art. 3.º — O grau de aproveitamento obtido no Curso de Confirmação assegura o merecimento e respectivo lugar no escalão para promoções subsequentes, elaborando-se, porém, os Quadros de Acesso segundo os critérios de merecimento e antiguidade, em respeito ao que dispõe o parágrafo único, do Art. 76, da Constituição Estadual.

Parágrafo único — Na elaboração dos Quadros de Acesso mencionados neste Artigo, atender-se-á proporcionalidade tal que em cada três (03) vagas a serem preenchidas, duas o sejam por merecimento, em função da classificação no Curso de Confirmação, e uma por antiguidade, em função do tempo de serviço público estadual".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 1973

Dep. Gilberto Carvalho

**JUSTIFICAÇÃO:**

A documentação inclusa justifica plenamente o presente Projeto de Lei.  
Apucarana, 26 de abril de 1973

**PROJETO DE LEI No 78-73**

Do: 2.º Ten PM Rod CID SABINO

Cmt do Dest.º Policial Rodoviário

Ao: Sr. Gilberto C. Carvalho

MD. Deputado Estadual

Endereço: 2.a Secretaria da Assembléia Legislativa  
Curitiba-Pr.

**SENHOR DEPUTADO**

Por intermédio deste dirijo-me à V.S. para, mui respeitosamente, expor e finalmente solicitar, o que segue:

- 1) — O Decreto Estadual n.º 12471, de 04 de maio de 1968, extinguiu o Grupo Ocupacional de Polícia Rodoviária do Departamento de Estradas de Rodagem passando para os domínios da Polícia Militar do Estado do Paraná;
- 2) — A Lei Estadual n.º 5926, de 22 de abril de 1969, criou na PMEP o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário;
- 3) — Por direito de opção os ex-Inspetores Rodoviários foram aproveitados no Posto de 2.º Tenente, os quais foram nomeados pelo Decreto n.º 15193, de 08 de maio de 1969;
- 4) — O Art. 2.º da Lei n.º 5926, de 22 de abril de 1969, diz: "Os Segundos Tenentes pertencentes ao Quadro instituído no Art. anterior, serão submetidos ao Curso de Confirmação na Unidade de Ensino da Polícia Militar do Estado do Paraná, por direito de opção";
- 5) — O Art. 3.º da Lei em epígrafe diz que: "O grau de aproveitamento obtido no Curso de Confirmação assegura o merecimento e respectivo lugar no escalão para promoções subsequentes, obedecidas as normas gerais de promoção de Oficiais da Polícia Militar, no que for aplicável";
- 6) — Ainda, o Art. 5.º da mesma Lei, diz que: "O Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário é considerado em extinção, à medida que seus integrantes forem atingidos pelas disposições legais atinentes à reserva, reforma e outras que forem aplicadas".

Pelos expostos solicita a V. S. se digne apresentar nessa Casa de Leis, anteprojeto alterando o Art. 3.º da Lei n.º 5926, de 22 de abril de 1969, o qual passaria a vigorar com a seguinte redação:

"O grau de aproveitamento obtido no Curso de Confirmação assegura o merecimento e respectivo lugar no escalão para promoções subsequentes, respeitando-se o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná pelos optantes, nos termos do parágrafo único do Art. 76 da Constituição Estadual. Os Quadros de Acesso para promoção por Antiguidade e Merecimento elaborados pela Secretaria da Comissão de Promoção dos Oficiais da Polícia Especialistas de Policiamento Rodoviário, o serão na proporção de, no mínimo, 2 por 1, isto é: 2 Promoções por Antiguidade (Classificação no Curso) e 1 por Merecimento (Tempo de serviço prestado ao Estado), ou mais, de acordo com as necessidades da organização e efetivo do Corpo de Policiamento Rodoviário".

**JUSTIFICATIVA**

A passagem da Polícia Rodoviária do DER/Pr. para a Polícia Militar do Estado criou, por contingência, uma SITUAÇÃO ESPECIAL para os optantes por não estarem previstos na Lei de Fixação de Efetivos da PMEP — Lei Est. n.º 5797-68, gerando, assim, problemas para a satisfação dos seus direitos que de certa forma estão sendo lesados.

Agora o disposto no Art. 3.º da Lei n.º 5926, de 22 de abril de 1969, nada há que regule, especificamente, as nossas Promoções, e, muito embora o legislador autor da mesma tivesse tido a melhor das intenções quando a elaborou, ela está nos trazendo, agora, prejuízos por se ater somente a classificação no Curso de Confirmação porque este Curso, a começar pela denominação (Curso de Confirmação) não tinha que confirmar nada, pois, a partir da data da opção já éramos Oficiais, então, confirmar o quê se a própria Lei que instituiu-o não previa reprovações e nem dizia que o Oficial-aluno que não obtivesse média seria rebaixado no seu Posto? O termo correto seria: Curso de Adaptação, pois, civis como éramos tínhamos que nos adaptar as lides militares, às suas terminologias, etc.

Está nos trazendo prejuízos porque garante as promoções subsequentes apenas pela classificação obtida no mencionado Curso de Confirmação, o que forçoso é reconhecer que as que por uma ou por outra razão não obtiveram classificação estabelecem desestímulo profissional e aos próprios que obtiveram



classificação propicia desinteresse pelos estudos, realização de Cursos, etc. por estar com o seu futuro profissional garantido.

Para sanar esse erro e se restituir o Direito e a Justiça deve ser considerado também o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, pois, todos nós optantes, em número de 10, contamos com razoável tempo de serviço prestado ao Estado, através do DER/Pr., de onde somos originários.

A Lei n.º 5944, de 21 de maio de 1969, que estabelece princípios, requisitos e processamento para Promoção dos Oficiais da PMEP, em relação a nós, ela é completamente omissa, e pelo seu Art. 37, alínea "A", um dos fatores para a Promoção é a contagem do tempo de serviço prestado à Corporação. Como que isso pode nos atingir se tendo optados à mesma época contamos e contamos sempre com o mesmo tempo de serviço?

É oportuno lembrar a V.S. que se atualmente nos é difícil efetuar o policiamento de todas as nossas rodovias por falta de recursos técnicos e humanos, é de se imaginar como era realizado este mesmo serviço há 20 anos atrás, tendo os integrantes do extinto Grupo Ocupacional da Polícia Rodoviária do DER/Pr. hoje Oficiais da PMEP, dado os melhores anos de suas vidas em prol do Estado, sacrificando suas férias e Licenças Especiais por absoluta necessidade do serviço para agora não serem reconhecidos?

Crente de haver esclarecido suficientemente o magno problema que nos aflige, e na certeza de poder contar com a atenção de V.S. para os expostos e solicitado é que, em nome dos meus colegas e em meu próprio nome, apresento a V. S. agradecimentos ao mesmo tempo em que auguro êxito na apresentação do anteprojeto que virá alterar o Art. 3.º da Lei n.º 5926, de 22 de abril de 1969.

CID SABINO — 2.º TEN PM ROD

#### ROL DE DOCUMENTOS APENSOS AO PRESENTE EXPEDIENTE

- 1) Cópia xerográfica da Lei Est. n.º 5926, de 22 de abril de 1969;
- 2) Cópia xerográfica da Lei Est. n.º 5944, de 21 de maio de 1969;
- 3) Cópia xerográfica do Decreto n.º 15193, de 08 de maio de 1969.

LEI N.º 5926

DATA: 22 de abril de 1969

SÚMULA: Cria na P.M.E. o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, a ser preenchido por Inspectores Rodoviários — nível 15, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica criado, na Polícia Militar do Estado do Paraná o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, a ser preenchido por Inspectores Rodoviários, Nível 15, do extinto Grupo Ocupacional da Polícia Rodoviária, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, aproveitados no posto de 2.º Tenente, por direito de opção.

Art. 2.º — Os Segundos Tenentes pertencentes ao Quadro Instituído no artigo anterior, serão submetidos ao Curso de Confirmação na Unidade de Ensino da Polícia Militar do Estado do Paraná, com a duração de um ano.

Art. 3.º — O grau de aproveitamento obtido no curso de confirmação assegura o merecimento e respectivo lugar no escalão para promoções subsequentes, obedecidas as normas gerais de promoção de Oficiais da Polícia Militar no que for aplicável.

Art. 4.º — O Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, será previsto em Lei de Fixação de efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná e constará de vagas para segundos Tenentes, primeiros Tenentes e Capitão, inclusive, de conformidade com as necessidades de organização e efetivo do Corpo de Policiamento Rodoviário.

Art. 5.º — O Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário é considerado em extinção, à medida que seus integrantes forem atingidos pelas disposições legais atinentes à reserva, reforma e outras que forem aplicadas.

Art. 6.º — Os Fiscais Rodoviários Nível 12 e Policiais Rodoviários Níveis 10 e 8 do extinto Grupo Ocupacional de Polícia Rodoviária, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, aproveitados pelo direito de opção, nas graduações, respectivamente, de Primeiro a Terceiro Sargento, inclusive, serão por ato do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, após conclusão do Curso de Confirmação de Graduação, com aproveitamento, inclusive no Quadro de Praças Combatentes.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 22 de abril de 1969.

(aa) PAULO PIMENTEL

Agostinho José Rodrigues

Ref. Prot. n.º 8.787-69-PG.

#### PROJETO DE LEI N.º 78-73

ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO DA PMEP Ten TOD

Boletim n.º 113 — Fls 125 de 26 de maio de 1969

TRANSCRIÇÃO DE LEI — LEI número 5.944

#### CONSIDERAÇÃO

DATA: 21 de Maio de 1969

SÚMULA: Estabelece princípios, requisitos e processamento para promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado.

Art. 1.º — A presente lei estabelece os princípios, requisitos e processamento para promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.

#### SECÇÃO II

##### Da Competência

Art. 4.º — Compete à Comissão de Promoções de Oficiais, com base na Lei:

- I — Incluir e excluir oficiais e aspirantes a oficial do quadro de acesso.
- II — Declarar a adição, por excesso, de oficial promovido irregularmente.
- III — Declarar a efetivação de oficiais adidos como excedentes por promoção indevida, quando se verificar vaga no respectivo quadro.
- IV — Declarar a agregação de oficiais.
- V — Classificar os oficiais no Almanaque da Corporação.
- VI — Organizar quadros de acesso.
- VII — Decidir sobre outorga de título honorífico de oficial da Corporação a civis, determinando o posto.
- VIII — Propor concessão de medalhas a integrantes da Corporação.
- IX — Mandar registrar na ficha de promoção de oficiais prontos, negativos ou positivos.
- X — Propor a promoção de oficiais, indicando o princípio.
- XI — Propor a nomeação de civis para os postos da escala hierárquica, declaração de aspirantes a oficial e o acesso de integrantes da corporação, ao primeiro posto.

XII — Emitir parecer sobre comissionamento de Oficiais técnicos e de saúde.

XIII — Declarar a incapacidade moral do oficial.

#### CAPÍTULO III — SECÇÃO I

##### Da Convocação e Funcionamento

Art. 9.º — A Comissão de Promoções de Oficiais é convocada pelo Comandante Geral:

I — Dentro de oito (8) dias a partir da data de abertura de vaga em quadros de oficiais.

II — Ordinariamente, uma vez por mês.

III — Extraordinariamente, sempre que necessário.

#### TÍTULO III — Da Abertura de Vagas

Art. 24 — A vacância de posto, nos quadros da Corporação, dá-se mediante publicação, em Boletim Ordinário do Comando Geral, do ato que a originou.

Art. 25 — As vagas nos quadros de oficiais, para efeito de promoção decorrem de:

- I — Demissão.
- II — Promoção.
- III — Transferência, para reserva, Remunerada ou não.
- IV — Reforma.
- V — Morte.
- VI — Incapacidade Física após doze (12) meses de licença continuada.
- VII — Deserção.
- VIII — Extravio ou desaparecimento, conforme a Lei.
- IX — Desempenho de cargo civil em Comissão, salvo se o cargo for policial ou de interesse do Governo do Estado.
- X — Compulsória após trinta e cinco (35) anos de serviço público.
- XI — Limite de idade para permanência no serviço ativo.
- XII — Cumprimento de pena de reclusão superior a dois (2) anos.
- XIII — Aumento de efetivo.

Parágrafo Único — Declarada a vacância de posto nos quadros da Corporação, a CPO organizará o quadro de acesso para preenchimento da respectiva vaga, obedecidas as disposições desta Lei.

#### TÍTULO IV

##### DOS QUADROS DE ACESSO — Capítulo I

##### Definição

Art. 26 — Quadros de acesso são relações de oficiais em condições de serem promovidos ao posto imediato, pelos princípios de antiguidade ou merecimento, de conformidade com o disposto na presente Lei.

Parágrafo Único — As promoções só podem recair em oficiais incluídos em quadros de acesso.

Art. 29 —

§ 2.º — Submetido o oficial a inspeção de saúde pela nova junta esta deverá apresentar o respectivo laudo dentro do prazo de dez (10) dias, prorrogável a juízo do Comandante Geral, por igual tempo.

§ 3.º — Constatada a incapacidade física temporária do concorrente a promoção, pela nova junta, a vaga permanecerá aberta até cento e oitenta (180) dias, sem prejuízo para as promoções decorrentes.

##### Da Organização do Quadro de Acesso

Art. 30 — Os quadros de acesso para promoções pelos princípios de antiguidade ou merecimento, são organizados separadamente, devendo estar sempre atualizados.

Art. 32 — O oficial incluído em quadro de acesso concorre, simultaneamente à promoção por antiguidade e merecimento.

Art. 36 — Contagem de pontos é o processo através do qual a CPO, afere as qualidades morais, intelectuais, profissionais e outros fatores que a conduzem a estabelecer graus justos e equilibrados, com referência ao merecimento ou não do oficial.

Art. 37 — São registrados na ficha de promoção pontos positivos, pelos seguintes motivos:

- I — Tempo de Serviço:
  - a — Tempo de serviço prestado à Corporação meio ponto por semestre completo.
  - b — Tempo de efetivo serviço no posto, meio ponto por semestre completo, deduzido o período de promoção indevida, assim declarada.
  - c — Tempo de efetivo serviço em campanha, um ponto por trimestre completo.
- II — Medalha e condecorações estaduais:
  - a — Mérito (3) pontos;
  - b — Sangue (4) pontos;
  - c — Humanidade (4) pontos;
  - d — Militar, um (1), dois (2) ou três (3) pontos, respectivamente, para as medalhas de bronze, prata ou ouro, computando-se somente os pontos pela de maior valor;
  - e — Cruz de Combate, quatro (4) pontos;
  - f — Mérito Escolar, um (1), dois (2), ou três (3) pontos, respectivamente, para o terceiro (3), segundo (2) ou (1) primeiro colocado.
  - g — Polícia Militar do Estado do Paraná, três (3) pontos.
  - h — Coronel Sargento, três (3) pontos e;
  - i — Outras medalhas estaduais instituídas na Corporação, não comemorativas, três (3) pontos.
- III — Medalhas e condecorações nacionais quando conferidas por autoridade competente, em reconhecimento de ato altamente meritório, três (3) pontos.
- IV — Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pontos positivos, iguais ao grau do término do curso.
- V — Curso Superior de Polícia: (3) três pontos
- VI — Cursos de especialização:
  - a) — Três pontos por curso de duração igual ou superior a (6) seis meses
  - b) — Dois (2) pontos por curso de duração igual ou superior a (3) três meses e inferior a seis (6);
  - c) — Um (1) ponto por curso de duração inferior a três (3) e superior a um (1) mês; e
  - d) — Meio (0,5) ponto por curso de duração até um (1) mês.
- VII — Curso de nível universitário: meio (0,5) ponto por ano de duração, a não mais de um (1) curso.
- VIII — Publicação de obra ou trabalho realizado, quando julgado pela CPO de alto interesse para a Corporação, meio (0,5) a cinco (5) pontos por obra ou trabalho aceito.
- IX — Ferimentos em serviços:



a — Grave, quando impossibilitar o ferido de exercer suas atividades normais por período superior a trinta (30) dias, quatro (4) pontos, quando não for agraciado com a medalha de sangue;

b — Médio, quando o ferido ficar impossibilitado de exercer suas atividades normais por período superior a dez (10) e inferior a trinta (30) dias, dois (2) pontos;

c — Leve, quando impossibilitar o ferido de exercer suas atividades normais até dez (10) dias, um (1) ponto.

Parágrafo Único — A incapacidade para o exercício das atividades normais do oficial é verificada mediante inquérito sanitário, e os pontos positivos são contados quando provado que os ferimentos sofridos decorreram de serviço policial militar, e não foram motivados por imperícia, negligência ou imprudência do ferido.

Art. 38 — São registrados na ficha de promoção pontos negativos, pelos seguintes motivos:

I — Punições disciplinares sofridas no posto;

a — Faltas graves, quatro (4) pontos;

b — Faltas média, três (3) pontos;

c — Faltas leve, dois (2) pontos;

II — Punições disciplinares sofridas em postos anteriores:

a — Faltas graves, um ponto e meio (1,5);

b — Faltas média, um ponto (1); e

c — Faltas leve, meio ponto (0,5).

III — Penas criminais, de dois (2) a oito pontos por pena, tendo-se em vista o prejuízo moral causado à Corporação.

IV — Falta de aproveitamento em cursos de Oficiais ou interrupção declarada injustificada, em Boletim do Comando Geral, meio (0,5) ponto por mês ou fração, tendo em vista a duração do curso acima ultimado ou interrompido.

Art. 39 — A Comissão de Promoções de Oficiais não contará pontos para a promoção do oficial, referentes ao período em que estiver agregado pelos seguintes motivos:

I — Licença para tratar de assuntos particulares;

II — Deserção;

III — Extravio ou desaparecimento;

IV — Cumprimento de pena criminal.

Parágrafo Único — Nos demais casos, os pontos serão contados como do efetivo serviço.

Art. 40 — A Comissão de Promoções de Oficiais, através votação secreta de seus membros, inclusive o Presidente, forma seu conceito sobre o oficial, observando os seguintes valores numéricos:

I — Conduta Militar de zero a dois (2) pontos;

II — Espírito Militar de zero a dois (2) pontos;

III — Cultura Policial Militar de zero a dois (2) pontos;

IV — Caráter de zero a dois (2) pontos;

V — Conduta Civil de zero a dois (2) pontos.

Parágrafo Único — O mérito a ser atribuído ao oficial é obtido através a soma dos conceitos de cada quesito, emitidos pelos membros, inclusive o Presidente, dividida pelo número de votantes da CPO, de cuja decisão cabe recurso.

#### DECRETO N.º 15193

O Governador do Estado do Paraná, tendo em vista o vencido no protocolado sob n.º 33.443/68, neste Palácio,

Resolve, nos termos do art. 1.º, da lei n. 3.926, de 22 de abril de 1969, aprova a ALBERICO ALBINI, ANTONIO DIAS DE CAMARGO, CID SABINO, EDELMAR GUILHERME DE OLIVEIRA, EDSON MEREGE DE MELLO, LUIZ CARLOS PINHEIRO, PEDRO CUNHA, RUBENS PINHEIRO e ZOZIMO SEBASTIAO GOUVEIA, no posto de 2.º Tenente Especialista de Policiamento Rodoviário, da Polícia Militar do Estado.

Curitiba, em 8 de maio de 1969, 148.º da Independência e 81.º da República.

(aa) PAULO PIMENTEL

Agostinho José Rodrigues

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 78-73

O projeto em exame, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, propõe alterações na Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969, inclusive acrescentando mais parágrafo à mesma. A Lei referida é a que cria, na Polícia Militar do Estado, o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário.

As alterações propostas pelo ilustre autor estão acompanhadas de convincente justificativa, e a matéria não contraria nenhum dispositivo constitucional ou legal.

Pela aprovação.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Quíselo Crisóstomo da Silva — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### PARECER

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: "Projeto de Lei n.º 78-73 — Dá nova redação e acresce Parágrafo que especifica, ao Artigo 3.º, da Lei n.º 5926, de 22.04.69".

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 78-73, de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, que dá nova redação e acresce parágrafo que especifica, ao Artigo 3.º, da Lei n.º 5.926, de 22.04.69.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça, em seu R. Parecer de fls., se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da matéria não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como negar sua aprovação ao Projeto de Lei em testilha, principalmente levando em conta sua inegável oportunidade e o evidente interesse da administração pública.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. João C. Fadel — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106-73, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 106-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º) — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores "John Deere", 730, Diesel, séries números ...

7325962, 73225909 e 7325986, respectivamente, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis;

Art. 2.º) — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de maio de 1973

Deputado Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA: — Os tratores acima identificados, considerados inservíveis, estando, atualmente, em desuso, oferecem possibilidades de recuperação para aproveitamento no âmbito municipal, podendo vir a beneficiar a administração municipal de Japira, necessita de tais maquinismos, mas financeiramente impossibilitada de aquisições vultosas. O Plano de Lei, se aprovado e sancionado, representará valiosa cooperação à administração municipal de Japira, dando-lhe oportunidade de vir a contar com melhor aparelhagem para conservação e melhoria das suas estradas e de melhor, ainda, se entrosar no plano de integração do Paraná.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 106-73

A proposição em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Gabriel Manoel, autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Japira, tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura.

Por ser o Projeto meramente autorizatório, está revestido das condições constitucionais e legais, para ser aprovado pela Casa.

E o parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 27.6.73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Igo Losso

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

#### PARECER

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### SÚMULA

Projeto de Lei n.º 106-73 — Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, Pr., os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 106-73, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, Pr., os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciando, conforme R. Parecer de fls., pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei em análise e tendo-se em vista o evidente interesse da administração pública municipal a ser beneficiada com a doação pretendida, não vê esta Comissão de Finanças, no que lhe concerne, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.

Pela aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 1973

Deputado João C. Fadel — Relator

(ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127-73, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Largo, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em regime de urgência. Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 127-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º) — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Largo, 2 (dois) tratores marca "John Deere" n.ºs 730-S 7325967 e 730-S — 7325987, ambos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura.

Art. 2.º) — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 11 de junho de 1973.

Deputado Nelson Buffara

#### JUSTIFICATIVA:

Os tratores, objeto do presente plano de Lei, foram, pela Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura colocados à disposição da Café do Paraná.

A referida Companhia, considerando que os mencionados tratores, pelas horas trabalhadas, e pelos anos de uso, já ultrapassaram período de vida útil, tornando-se anti-econômico para a empresa, que os devolveu à Secretaria de Agricultura, recentemente.

Os tratores encontram-se, atualmente, recolhidos no Parque Castelo Branco, considerados improdutivos aos serviços daquela Secretaria, mas serão de grande utilidade para o Município de Campo Largo, pois grande parte da economia municipal baseia-se na agricultura.

Com a efetivação desta doação, estará o Governo do Estado, contribuindo e incentivando a agricultura de um dos municípios mais importantes do cinturão verde de Curitiba.

Sendo o Paraná um Estado essencialmente agrícola e estando destinado, no contexto nacional, a ter sua economia baseada na agro-indústria, nada mais justo do que incentivar-se os agricultores com medidas desta natureza.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 127-73

Autor: — Dep. Nelson Buffara

Súmula: — Autoriza o Poder Executivo doar ao Muni. de Campo Largo, dois (2) tratores pertencentes a Secretaria de Agricultura.

1) — Os tratores objeto deste Plano de Lei foram considerados pela "Café



do Paraná" e pela Secretaria de Agricultura, como anti-econômicos, segundo se depára pela justificativa do autor do Projeto.

Entretanto, o Município de Campo Largo está disposto a recuperá-lo para utilizar os mesmos na agricultura, base da economia desta região.

II) — O Projeto trata de matéria meramente autorizatória, razão pela qual não existe qualquer impedimento legal ou constitucional para antepor-mos ao Projeto.

Nosso parecer é favorável a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.8.73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Sebastião Rodrigues — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

# COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 127-73

Autor: — Nelson Buffara

Súmula: — Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Largo, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura.

## PARECER:

O presente projeto de lei, já devidamente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, é matéria meramente autorizatória, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira.

A presente proposição é oportuna, tendo em vista que as Prefeituras Municipais, são carentes de equipamento desse tipo.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de setembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando a suspensão das Sessões Plenárias dos dias 14 e 17 do corrente, em virtude de participação de grande parte dos Srs. Deputados na convenção partidária. Em discussão.

O SR. MAURICIO FRUET — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, solicitaria apenas que fosse acrescido no Requerimento encaminhado pelo eminente Deputado Olavo Ferreira, a suspensão da sessão do dia 21, eis que naquela data em Brasília, será realizada a convenção do MDB, e os Srs. Deputados da Oposição irão participar da mesma.

Era este o adendo que desejava fazer ao Requerimento de autoria do sr. Deputado Olavo Ferreira.

Deputado Olavo Ferreira com adendo apresentado pelo Sr. Deputado Maurício Fruet. **Aprovado.**

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Pela Ordem). Sr. Presidente, se bem entendi, o ilustre Deputado Maurício Fruet pediu a suspensão dos trabalhos do dia 21 e V.Exa. pôs em votação o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, pedindo a suspensão das Sessões dos dias 14 e 17.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que colocou em votação o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira com o adendo do Sr. Deputado Maurício Fruet, pedindo a suspensão dos trabalhos para dia 21.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Mirian Elizabete Miola. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Conceição Silva Niece. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 273.67 — 123.70 — 255.70 — 225.71 — 289.71 — 133.72 — 170.72 — 9.73 e 81.73. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Senhores Deputados para representar esta Casa, nas comemorações do sesquicentenário de fundação da cidade de Ponta Grossa. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 95-73. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 157-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n.º 59-73. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados aos Srs. Secretário da Agricultura e Presidente da Café do Paraná, pedido de informações, referente ao estoque de sementes de soja. — **Aprovado.**

Esta Presidência informa aos srs. Seputados que a Ordem do Dia anunciada para a Sessão de amanhã, será transferida para terça-feira, acrescida do Projeto de Lei n.º 157-73.

Levanta-se a Sessão.

## PORTARIAS:

### PORTARIA N.º 217-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.238 de 23 de agosto de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário Douglas Godoy, ora à disposição deste Poder, para

prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Wilson Brandão.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

### PORTARIA N.º 218-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8205, de 22 de agosto de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar a funcionária Eneuduar Falleiro Pinto Nunes, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do "M.D.B.", junto ao Gabinete do Deputado Alvaro Dias.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

### PORTARIA N.º 219-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.214, de 23 de agosto de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário Enéas Mansur, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do "M.D.B.", junto ao Gabinete do Deputado Antonio Bellinati.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

### PORTARIA N.º 220-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5946-73, de 20 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar Hugo Martins Kosop, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Ivo Thomazoni.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

### PORTARIA N.º 221-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.811, de 14 de agosto de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário Emilio Teles de Lima, ora à disposição deste Poder, para exercer as funções de motorista no Gabinete da 1.ª Secretaria, a partir de 10 de agosto de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

### PORTARIA N.º 222-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.265, de 23 de agosto de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar Miguel Jorge Nassar Netto, funcionário do Quadro de Pessoal desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Luiz Roberto Soares.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

### PORTARIA N.º 223-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

lotar o funcionário Fausto Luiz Abry, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de agosto de 1973

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

### PORTARIA N.º 224-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.391, de 28 de agosto de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Elida Daitechmann, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1972, a partir de 03 de setembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de agosto de 1973

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

### PORTARIA N.º 225-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.247, de 23 de agosto de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Gabriel Broto, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte (20) dias de férias referentes ao exercício de 1971, a partir de 26 de agosto de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de agosto de 1973

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

### PORTARIA N.º 229-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.091, de 21 de agosto de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar a funcionária Therezinha Casagrande, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de setembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral



## ATAS DAS COMISSÕES:

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**  
3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA  
Ata da 4.a Reunião Ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Júnior, Olavo Ferreira e Alvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 288-71** — De autoria do senhor deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo, conceder Bolsa de Estudos a alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, localizado no Estado, cujo pai funcionário Civil ou Militar, venha a falecer e dá outras providências. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 181-72** — De autoria do senhor deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual nos Bairros de Alto Alegre e São Cristóvão respectivamente, sede do município de Cascavel e dá outras providências. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável com substitutivo. Aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46-73** — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 114-73, que aprova acordo n.º 3-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a superintendência do desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando realização de um curso intensivo de especialização estatística. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente  
Maria Aparecida Amaral — Secretária

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**  
3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA  
Ata da 5.a Reunião Ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias e Antonio Maciel. Havendo número legal o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 46-70** — De autoria do senhor deputado Erondy Silvério, que altera a Lei n.º 5.957 de 20 de junho de 1969, que dispõe sobre o quadro próprio do magistério do Paraná. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Contrário. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 54-73** — De autoria do senhor deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, denominar Ginásio Estadual Deputado Ardeal Ribas, o atual Ginásio Estadual Vital Brasil da cidade de Maringá. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 185-72** — De autoria do senhor deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica, destinada a aprendizagem industrial, no município de São José dos Pinhais e dá outras providências. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 13-73** — De autoria do senhor deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, para funcionar em período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola bairro do Pinheirinho, nesta capital e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 218-71** — De autoria do senhor deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, que cria uma Inspeção Regional de ensino na sede do município de São Jorge do Ivaí. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28-73** — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 90-73, que aprova convenios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério de Educação e Cultura, este, através do Instituto Nacional do livro e do Departamento de Educação Física e Desportos visando aquisição de livros e cumprimento de programas de Educação Física. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável, com substitutivo. Aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42-73** — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 119-73, que aprova convenio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), objetivando execução de programas de alfabetização, no corrente ano. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente  
Maria Aparecida Amaral — Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA  
Ata da 21.a Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos. **PROCESSO DE LEI N.º 12-73** — de autoria do deputado Nelson Buffara, que cria na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito. **PROJETO DE LEI N.º 48-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 33-73, encaminhando anteprojeto de lei que aliena imóveis de propriedade do Estado, constituído de área de terreno com antigas edificações, situados nas ruas Emiliano Perneta, esquina com a Desembargador Westphalen, nesta Capital. **PROJETO DE LEI N.º 61-73** — de autoria do deputado Muggiati Filho, que fixa o número de vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. **PROJETO DE LEI N.º 79-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 45-73 encaminhando anteprojeto de lei

que fixa novos vencimentos mensais dos cargos em comissão de dirigentes de autarquias e departamentos autônomos. **PROJETO DE LEI N.º 82-73** — de autoria do deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar aos Municípios de Amaporã, Joaquim Távora, Antonina, tratores pertencentes à Secretaria de Agricultura, como especifica. **PROJETO DE LEI N.º 114-73** — de autoria do deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio da Platina, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. **PROJETO DE LEI N.º 139-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 55-73, encaminhando anteprojeto de lei que acrescenta ao art. 9.º, da Lei n.º 5.948, de 27.5.69, parágrafo com redação que especifica. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 211-72, que aprova o convenio celebrado entre o Ministério de Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação técnica, capacitação de recursos humanos. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 01-73, que aprova o convenio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Sistema Estadual de Planejamento. Organização e Modernização Administrativa. **APROVADAS.** Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo senhor Presidente e por mim Lúlio Guimarães Sotomaior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Lúlio Guimarães Sotomaior — Secretário

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 12-73**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-9-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Junior — Relatores

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 48-73**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os imóveis de propriedade do Estado do Paraná, constituídos pelos terrenos de forma irregular, medindo 36,40 metros de frente para a rua Emiliano Perneta, fazendo esquina com a rua Desembargador Westphalen, onde medem 49,00 metros, com a área total de 1.169,00 metros quadrados, aproximadamente, nesta Capital, contendo 2 (dois) prédios em alvenaria de tijolos, de construção antiga, adquiridos conforme transcrições n.ºs de ordem 14.044, 14.045 e 14.165 do Livro 3-J de transcrições das Transmissões da 5a. Circunscrição do Registro de Imóveis desta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-9-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Junior — Relatores

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 61-63**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Para os fins do disposto no art. 107, da Constituição do Estado, o número de Vereadores às Câmaras Municipais é fixado na proporção dos eleitores inscritos no respectivo Município, dentro dos seguintes limites, a serem observados a partir do próximo período legislativo:

- a) até 32.999 eleitores, 9 (nove) Vereadores;
- b) de 33.000 a 38.999 eleitores, 11 (onze) Vereadores;
- c) de 39.000 a 44.999 eleitores, 13 (treze) Vereadores;
- d) de 45.000 a 50.999 eleitores, 15 (quinze) Vereadores;
- e) de 51.000 a 56.999 eleitores, 17 (dezenove) Vereadores;
- f) de 57.000 a 62.999 eleitores, 19 (dezenove) Vereadores;
- g) de 63.000 eleitores em diante, 21 (vinte e um) Vereadores.

Art. 2.º — A Câmara Municipal, tendo em conta os dados fornecidos pela Justiça Eleitoral, no Município, fixará o número de Vereadores, com base nos eleitores inscritos até 30 de junho do ano em que se realizam as eleições municipais.

Art. 3.º — Dentro de 15 (quinze) dias a partir da data fixada no artigo anterior, as Câmaras Municipais, em sessão extraordinária, cumprirão o disposto nesta Lei.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-9-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Junior — Relatores

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 79-73**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Os vencimentos mensais dos cargos em comissão abaixo especificados, de dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos, deixam de pertencer à simbologia geral e ficam expressamente fixados como segue:

**AUTARQUIAS**

<b>Departamento de Estradas de Rodagem:</b>	
Diretor Geral .....	Cr\$ 5.000,00
Diretor Técnico .....	Cr\$ 4.000,00
Diretor Administrativo .....	Cr\$ 4.000,00
<b>Departamento de Edificações e Obras Especiais:</b>	
Diretor Geral .....	Cr\$ 4.500,00
Diretores Adjuntos .....	Cr\$ 3.500,00
<b>Departamento de Imprensa Oficial do Estado:</b>	
Diretor .....	Cr\$ 4.000,00



Instituto de Assistência ao Menor:	
Diretor .....	Cr\$ 3.500,00
Instituto de Previdência Assistência aos	
Servidores do Estado:	
Superintendente .....	Cr\$ 4.000,00
Diretor do Departamento de Aplicação de Capital .....	Cr\$ 3.500,00
Diretor do Departamento Médico .....	Cr\$ 3.500,00
Diretor do Departamento de Administração Geral .....	Cr\$ 3.500,00
Diretor do Departamento de Previdência .....	Cr\$ 3.500,00

Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas:	
Diretor .....	Cr\$ 3.500,00
Administração de Recursos Hídrico:	
Diretor .....	Cr\$ 3.500,00

#### ÓRGÃOS AUTÔNOMOS

Departamento Estadual de Compras:	
Diretor Geral .....	Cr\$ 4.000,00
Departamento Estadual do Serviço Público:	
Diretor Geral .....	Cr\$ 4.000,00
Departamento de Divulgação do Estado:	
Diretor Geral .....	Cr\$ 4.000,00

Art. 2.o — Os ocupantes dos cargos abrangidos por esta Lei não farão jus ao pagamento da gratificação pela prestação de serviços extraordinários.

Art. 3.o — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de verbas próprias do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.o — A extinção da simbologia dos cargos atingidos por esta Lei não determinará, em nenhuma hipótese, modificação de proventos de inatividade, proventos esses que continuam tendo por base de cálculo o símbolo que era atribuído ao cargo na data da respectiva aposentadoria.

Art. 5.o — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-9-73  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso e Antônio Lopes Junior — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 82-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Amaporã, 2 (dois) tratores de pneus, marca "John Deere", modelo 730, série 7325946 e 7325947; ao Município de Joaquim Távora, 2 (dois) tratores de esteira, marca "International", modelo TD 6, série 1279 e 1280; 1 (um) trator de pneus, marca "John Deere", modelo 730, série 7325950 e 1 (um) trator de pneus, marca "Allis Chalmers", modelo D 14, série 23905; ao Município de Antonina 3 (três) tratores de esteira, marca "International", modelo TD 6, série 1042, 1044 e 1048, 1 (um) trator de pneus, marca "John Deere", modelo 730, série 7325964 e 2 (dois) tratores de pneus, marca "Allis Chalmers", modelo D 14, série 23982 e 23961, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-9-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso e Antônio Lopes Junior — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 114-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado doar ao Município de Santo Antônio da Platina, 3 (três) tratores de pneus, marca Allis Chalmers, moled D 14, série 23.904, 23.983 e 23.986, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-9-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso e Antônio Lopes Junior — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 139-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — O artigo 9.o, da Lei n.o 5.948, de 27 de maio de 1969, fica acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

§ 3.o — A Empresa Paranaense de Turismo terá também a finalidade de pesquisar a lavrar minérios em todo o território nacional, como empresa de mineração.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-9-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso e Antônio Lopes Junior — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.o 47-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.o — Fica aprovado o convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério de Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde Pública do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de cooperação técnica e capacitação de recursos humanos.

Art. 2.o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-9-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso e Antônio Lopes Junior — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.o 49-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.o — Fica aprovado o convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do sistema estadual de planejamento, orçamentação e modernização administrativa.

Art. 2.o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-9-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso e Antônio Lopes Junior — Relatores